



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

QUANDO A DISSUAÇÃO FALHA?
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CENÁRIOS DE CONFLITO EM TAIWAN

MARIA ESTHER CAMPOS LUCAS

JOÃO PESSOA
2024

MARIA ESTHER CAMPOS LUCAS

QUANDO A DISSUAÇÃO FALHA?
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CENÁRIOS DE CONFLITO EM TAIWAN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Augusto W. M. Teixeira Junior.

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L933q Campos Lucas, Maria Esther.

Quando a dissuasão falha? uma análise comparativa
entre cenários de conflito em Taiwan / Maria Esther
Campos Lucas. - João Pessoa, 2024.
68 f. : il.

Orientação: Augusto W M Teixeira Junior.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Dissuasão. 2. Cenários prospectivos. 3. China. 4.
Taiwan. 5. Estados Unidos. I. Teixeira Junior, Augusto
W M. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

MARIA ESTHERCAMPOS LUCAS

**QUANDO A DISSUAÇÃO FALHA? UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE
CENÁRIOS DE CONFLITO EM TAIWAN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 14 de outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Doutorando Raphael Camargo Lima
King's College London - KCL

À Dadi, in memoriam, que tanto sonhou com o meu futuro. Tenho certeza de seu orgulho por quanto cresci desde que nos separamos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por sempre me guiar pelos melhores caminhos e me ensinar a confiar.

À Ilka, minha mãe, que não mede esforços para estar ao meu lado, me apoia incondicionalmente e acredita em mim antes que eu mesma o faça. É um privilégio tê-la como exemplo dos melhores valores que carrego.

Ao meu irmão, meu pai e toda a minha família, que vibram por minhas conquistas e compõem a minha rede de apoio. Muito do que tive a oportunidade de viver não teria sido possível sem vocês.

Aos meus amigos. Lara, Gabi e Rebecca, com quem tive a oportunidade de estar ao lado por praticamente metade de nossas vidas e continuam presentes mesmo quando me ausento em prol dos estudos. A todos os que estiveram comigo durante esses últimos cinco anos e se mostraram parceiros. Em especial à Arícia, Vicente e Isadora, pelo apoio em todos os momentos e pela amizade. Assim como Janine, Laís, Raquel e Fernanda, por todas as experiências compartilhadas. Sou muito grata pelo laço que construímos e feliz por ter a oportunidade de crescer junto com vocês. E a todos os amigos e colegas com quem pude contar durante todo esse tempo. Vocês são especiais e o apoio de vocês foi essencial.

Ao meu orientador, Augusto, que além dos ensinamentos, incentivos e orientações, também ofereceu oportunidades. Aos amigos e colegas que fiz no GEESI e que foram meus parceiros durante a jornada de pesquisa na área de Defesa e Segurança, em especial à Cinthya, Duda, Malu e Maria Mont Serrat.

Por fim, à Líderi, que representou um período de crescimento intenso e desafiador, mas, sobretudo, de busca e aprendizado. Também aos colegas que fizeram o trabalho e as responsabilidades se tornarem mais leves.

RESUMO

Quando a dissuasão poderá falhar em um potencial conflito em Taiwan? A escolha do tema se justifica pela possibilidade de materialização do uso da força entre duas das principais potências militares do mundo nos próximos anos, a partir de um embate no estreito de Taiwan. O trabalho utiliza a teoria da dissuasão desenvolvida por autores como John Mearsheimer (1983), Glenn Snyder (1960) e Thomas Schelling (2014) para analisar os cenários e tem como variável dependente a falha da dissuasão. Nesse sentido, a pesquisa realiza um estudo comparativo de caráter qualitativo de dois documentos fornecidos pelas *Think Tanks* internacionalmente reconhecidas: *International Institute for Strategic Studies* (IISS) e *Council on Foreign Relations* (CFR). O objetivo principal é compreender o que poderá causar a falha da dissuasão nos cenários prospectivos selecionados, em vista das variáveis dispostas pela teoria da dissuasão. A monografia testará a hipótese de que a falha na dissuasão, nos cenários, ocorre diante da percepção chinesa que os Estados Unidos interviriam em uma invasão, mas não estariam dispostos ou não seriam capazes de assumir altos custos em caso de um embate direto ou de intervir de forma imediata em caso de abordagens menos violentas, como um bloqueio ou uma quarentena.

Palavras-chave: Dissuasão; Cenários prospectivos; China; Taiwan; Estados Unidos.

ABSTRACT

When might deterrence fail in a potential conflict in Taiwan? The research is justified by the possibility of the use of force between two of the world's leading military powers in the coming years, following a clash in the Taiwan Strait. The paper uses the deterrence theory developed by authors such as John Mearsheimer (1983), Glenn Snyder (1960) and Thomas Schelling (2014) to analyze the scenarios and has the failure of deterrence as the dependent variable. In this sense, the research carries out a comparative study of a qualitative nature of two documents provided by internationally recognized think tanks: International Institute for Strategic Studies (IISS) and Council on Foreign Relations (CFR). The main objective is to understand what could cause the failure of deterrence in the selected prospective scenarios, in view of the variables established by the deterrence theory. The monograph will test the hypothesis that the failure of deterrence, in the scenarios, occurs due to the Chinese perception that the United States would intervene in an invasion, but would not be willing or able to assume high costs in the event of a direct clash or to intervene immediately in the event of less violent approaches, such as a blockade or quarantine.

Keywords: Deterrence; Prospective Scenarios; China; Taiwan; United States.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD - Anti Acesso e Negação de Área

ASB - AirSea Battle

AUKUS - Austrália, Reino Unidos e Estados Unidos

CFR - Council on Foreign Relations

CMC - Comissão Militar Central

DoD - Departamento de Defesa dos Estados Unidos

ELP - Exército de Libertação Popular

EUA - Estados Unidos da América

FAELP - Força Aérea do Exército de Libertação Popular

GBN - Global Business Network

GCC - Guarda Costeira da China

IISS - International Institute for Strategic Studies

JADO - Operações Conjuntas em Todos os Domínios

KMT - Partido Kuomintang

KOR - República da Coreia

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico

PCCh - Partido Comunista Chinês

PDP - Partido Democrático Progressivo

PPC - Poder de Paridade de Compra

QUAD - Diálogo de Segurança Quadrilateral

ROC - República da China

RPC - República Popular da China

SDW - Guerra de Destruição de Sistemas

UUVs - Veículos Submarinos Não-Tripulados

VANTs - Veículos Aéreos Não-Tripulados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A DISSUAÇÃO E O ESTUDO COMPARADO DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS	11
2.1 A Teoria da Dissuasão	11
2.2 Os Estudo de Futuros: Prospectiva e Cenários	19
2.3 O Estudo Comparativo dos cenários	21
3 OS CENÁRIOS	23
3.1 Três Cenários para um Conflito Militar em Taiwan (<i>Council on Foreign Relations</i>)	25
3.1.2 Cenário 1: A China Invade a Periferia de Taiwan	26
3.1.3 Cenário 2: A China Quarentena Taiwan	28
3.1.4 A China Invade Taiwan	31
3.2 A Falha Da Dissuasão Através Do Estreito (<i>International Institute for Strategic Studies</i>)	32
3.2.1 Cenário 1: Uma crise inesperada em 2027	33
3.2.2 Cenário 2: A Crise Antecipada em 2032	37
3.2.3 Cenário 3: A Crise Manufaturada em 2037	42
4 O EVENTO DA FALHA DA DISSUAÇÃO	45
4.1 A Falha da Dissuasão no cenários do <i>Council on Foreign Relations</i>	45
4.2 A Falha da Dissuasão nos cenários do <i>International Institute for Strategic Studies</i>	50
4.3 A FALHA EM DEBATE	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Quando a dissuasão poderá falhar em um potencial conflito em Taiwan? O problema de pesquisa se dá frente à intensificação das tensões entre China (República Popular da China/RPC), Taiwan (República da China/ROC) e Estados Unidos (EUA), com sérias medidas coercitivas chinesas — militares e não militares —, assim como ao status das relações pós-eleição de mais um governo taiwanês considerado separatista pela China.

Nesse contexto, a pesquisa tem como elemento central a falha da dissuasão, destarte a dissuasão possa ser compreendida como a manipulação do comportamento de um ator por meio da ameaça do uso da força, de forma a evitar ações indesejadas (Morgan, 2003, p. 1). Logo, diante do aporte teórico utilizado — a teoria da dissuasão —, as variáveis independentes encontradas na literatura e relevantes para o trabalho relativas à falha e ao sucesso da dissuasão se apresentam como a Credibilidade, a Clareza da Mensagem, a Capacidade, a Determinação e a Percepção do oponente. As variáveis utilizadas são fornecidas pela própria teoria da dissuasão, que reúne autores como John Mearsheimer (1983), Patrick Morgan (2003), Thomas Schelling (2014) e Mazarr (2018).

A controvérsia entre China e Taiwan levanta diversos debates no âmbito das Relações Internacionais e nos estudos de Defesa, tendo em vista que a materialização do uso da força pode vir a causar profundos impactos políticos, geopolíticos, econômicos e sociais que ultrapassem os limites geográficos da região. Além disso, já existem impactos majoritariamente regionais causados pela controvérsia e os mais significativos recaem sobre Taiwan, de forma negativa. Isto posto, a necessidade de realização do presente trabalho é justificada pela forte possibilidade de materialização do uso da força entre duas das principais potências militares mundiais a partir de um embate no estreito de Taiwan. Tendo em vista o contexto apresentado, torna-se imprescindível observar e compreender a vasta gama de fatores que poderiam levar a um eventual conflito entre os atores devido à falha da dissuasão.

Logo, o status atual das relações entre os atores é resultado de um longo contexto de tensões, que remonta o fim da Guerra Civil chinesa em 1949 e suas sucessivas crises. Tendo em vista a migração do derrotado Partido Nacionalista Chinês, *Kuomintang* (KMT), para a então Ilha de Formosa (Taiwan), iniciou-se uma disputa ideológica e diplomática sobre a detenção de soberania sob o povo chinês (Curtis, Rei, Ward, 2023). Não obstante, a reivindicação da política de *Uma China* por parte da China continental levanta questões relevantes a partir do momento em que considera Taiwan partícipe de seu território e o

categoriza como uma *província*. Primeiramente, a política de *Uma China* nega a soberania de Taiwan à medida que propõe que sejam um único país, com dois sistemas distintos (Curtis, Rei, Ward, 2023). Em segundo lugar, não obstante os Estados Unidos se disponham como apoiadores dessa política, reforçam seu posicionamento de não alteração do *status quo* no estreito, o que a literatura define como ambiguidade estratégica¹. Como será apresentado, as alianças e parcerias estratégicas cumprem uma importante função nos cenários.

Segundo o Departamento de Defesa (DoD) dos EUA (Garamone, 2023), a China tem avançado com campanhas militares, medidas diplomáticas e econômicas como forma de coerção no estreito de Taiwan. Com isso, o país afirma cumprir seu dever previsto na Lei de Relações com Taiwan² e fornecer à ilha capacidades de resistir ao uso da força. Desse modo, os EUA se opõem à estratégia³ de Zona Cinzenta⁴ aplicada pela China no estreito de Taiwan, que visa o atrito e o desgaste da ilha e de seus aliados (Lee; Blanchard, 2023).

Diante disso, foram escolhidos dois documentos que se mostraram fundamentais para o estudo proposto sobre a falha da dissuasão em um potencial conflito entre China, Taiwan e Estados Unidos. O primeiro, “Três cenários para um conflito militar em Taiwan” (Blackwill; Zelikow, 2021), feito pela *think tank* estadunidense *Council on Foreign Relations* (CFR), é fruto de um estudo feito por dois especialistas estadunidenses com o objetivo de oferecer alternativas para um melhor posicionamento estratégico dos Estados Unidos diante na China no estreito e oferece três cenários de uso da força contra Taiwan. O segundo documento apresenta um objeto de pesquisa bastante semelhante ao utilizado no presente trabalho, o que demonstra seu potencial de contribuição ao estudo. O documento, *A Falha na dissuasão num conflito entre os dois lados do Estreito: o papel das alianças, do equilíbrio militar e da tecnologia emergente*” (Boyd; Gady; Nouwens, 2023), produzido pela *Think Tank* britânica *International Institute for Strategic Studies* (IISS), apresenta três cenários. O documento utiliza um recorte temporal dado a partir de 2027, quando Pequim possivelmente optaria pelo uso da força contra Taiwan.

¹ De acordo com Kuo (2023), a ambiguidade estratégica é normalmente entendida como a criação deliberada de incerteza sobre Pequim e Taipé a respeito da possibilidade de intervenção ou não dos Estados Unidos numa guerra.

² A Lei de Relações com Taiwan tem como objetivo “Ajudar a manter a paz, a segurança e a estabilidade no Pacífico Ocidental e promover a política externa dos Estados Unidos, autorizando a continuação das relações comerciais, culturais e outras entre o povo dos Estados Unidos e o povo de Taiwan, e para outros fins”, de acordo com o Instituto Americano em Taiwan (2024).

³ Como dito por Colin Gray (2016, p. 40) “A estratégia é a ponte que liga o poder militar ao propósito político; não é poder militar per se nem apenas propósito político. Quando falo em estratégia, eu quero dizer o *uso do que é feito de força e ameaça de força para fins políticos*”.

⁴ A estratégia de Zona Cinzenta (Grey Zone) é composta por “ações coercitivas que evitam conflitos armados, mas que vão além das atividades diplomáticas, econômicas e outras” (Lin *et al.*, 2023).

Os estudos sobre cenários futuros mostram-se significativamente positivos quando utilizados como ferramenta de tomada de decisão por estados e instituições políticas, tendo em vista que o objetivo da criação de cenários prospectivos não é prever o futuro, mas sim considerar realidades plausíveis que podem vir a acontecer (Virdee; Hughes, 2022). Nesse sentido, os cenários selecionados de duas das principais *Think Tanks* de defesa e segurança internacional do mundo mostram-se fundamentais para discussões sobre o futuro entre China, Taiwan e Estados Unidos, bem como seus efeitos extrarregionais. Esse argumento fundamenta-se na evidente influência que a *Think Tank* estadunidense possui como fonte de Política Externa dos Estados Unidos⁵. O cenário proposto pelo IISS, por sua vez, mostra ser especialmente relevante pelas semelhanças entre o objeto de estudo e variáveis escolhidas neste trabalho, enriquecendo a discussão.

Assim sendo, o objetivo principal do trabalho é compreender o que poderá causar a falha da dissuasão nos cenários prospectivos selecionados, em vista das variáveis dispostas pela teoria da dissuasão. O primeiro objetivo específico a ser alcançado é realizar um estudo sobre a teoria da dissuasão e as respectivas variáveis de que dependem o sucesso e a falha da mesma. Além disso: (2) tecer uma breve revisão literatura sobre os estudos prospectivos e o uso de cenários; (3) identificar e examinar a falha da dissuasão nos cenários selecionados (4) comparar as falhas da dissuasão encontradas e os comportamentos dos atores nos cenários selecionados. A metodologia utilizada, melhor especificada posteriormente, será um estudo comparativo (n=2), com abordagem qualitativa e interpretativa.

Isto posto, o presente trabalho está dividido em: introdução, a seguir de uma seção de caráter teórico-metodológico – em que será discutida a teoria da dissuasão, além dos estudos prospectivos e de cenários, e a metodologia de estudo comparado. A seguir, o trabalho apresentará uma seção sobre os cenários selecionados na pesquisa. Como última seção, o trabalho abordará a eventualidade da falha da dissuasão, onde serão aplicados os cenários selecionados. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2 A DISSUAÇÃO E O ESTUDO COMPARADO DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS

2.1 A Teoria da Dissuasão

⁵ Fundado há mais de 100 anos, o CFR já contou com membros importantes para os Estados Unidos, como Henry Kissinger, Hans Morgenthau, Richard Nixon e George H. W. Bush, demonstrando uma estreita relação com tomadores de decisão estadunidenses (Blasco, 2023).

Os Estudos Estratégicos surgiram durante o século XX diante das diversas mudanças no âmbito da guerra⁶, sendo o período da Guerra Fria responsável pela criação de diversas estratégias em meio a busca por soluções racionais para lidar com a ameaça nuclear. O movimento se deu a partir da ascensão de teorias tradicionalmente realistas, desenvolvidas como alternativas a serem consideradas no âmbito das Relações Internacionais diante dos impasses nucleares (Baylis; Wirtz, 2018, p.2). É neste contexto que a teoria da dissuasão⁷ ganha força por meio das fortes contribuições de autores como Glenn Snyder (1960), John Mearsheimer (1983) e Thomas Schelling (2014) ainda na década de 60.

Na literatura, a dissuasão é comumente definida como a manipulação do comportamento de um adversário por meio da ameaça do uso da força, a fim de evitar, entre outras coisas, conflitos ou o escalonamento de conflitos já existentes (Morgan, 2003, p. 2; Mazarr, 2018). Na perspectiva de Glenn Snyder (1960, p.164), a dissuasão é o poder de dissuadir outros atores a fazer algo que é contra o interesse do dissuasor, por meio de uma ameaça que não necessariamente depende da imposição de uma punição, mas que pode ser feita a partir da capacidade de negação.

Cabe ressaltar que dissuasão (*dissuasion*) envolve uma perspectiva mais abrangente de deterência (*deterrence*). Isso porque *dissuasion* indica, também, o uso de incentivos positivos para alterar o curso das ações de um oponente, como garantias e concessões específicas (Mazarr, 2018, p. 5). Em outras palavras, a dissuasão abarca tanto a capacidade de deter uma agressão, levando o oponente a desistir da ofensiva, como a capacidade de apresentar ao interlocutor estratégico possíveis ganhos mútuos da opção pela não agressão (Mazarr, 2018, p. 5). Assim como previsto no Glossário das Forças Armadas⁸ brasileiras, este trabalho utilizará a definição de *dissuasion* como o mesmo que *deterrence* (Brasil, 2015, p. 93).

O uso da dissuasão como meio para impedir a execução de ações indesejadas revela o caráter coercitivo da estratégia. Segundo Schelling (2014, p.106), diferentemente do uso da força bruta de forma puramente militar, o poder de causar danos (coerção) não se reduz apenas à capacidade que o inimigo tem de fazer o mesmo – pois ambos podem ser capazes de causar perdas – mas sim em atingir seus medos e interesses (Schelling, 2014, p.106). Logo, a

⁶ Colin Gray (2016, p. 78) afirma que Clausewitz pensou sobre estratégia, ainda que de forma histórica. Contudo, esse trabalho considera os Estudos Estratégicos Modernos, devido ao tema e perspectiva abordadas.

⁷ Tendo em vista o objetivo de compreender a falha da dissuasão nos cenários de conflito em Taiwan, optou-se pela abordagem realista da teoria da dissuasão de forma a melhor atingir os resultados. Contudo, outras abordagens podem ser exploradas em versões futuras da pesquisa.

⁸ No Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2015, p.93), a definição de Deterência é colocada como “o mesmo que Dissuasão”.

força bruta alcança o sucesso quando colocada em uso, enquanto o sucesso da coerção consiste em manter as forças em reserva (Schelling, 2014, p.106).

Nesse interím, Freedman e Raghavan (2012, p.209) abordam a dissuasão e a compelência como duas subpartes de uma estratégia coercitiva. A ideia que define e divide a dissuasão e a compelência se encontra no objetivo que cada uma procura alcançar. Por um lado, a dissuasão pode ser definida como o uso de ameaças para impedir que um oponente⁹ inicie uma ação indesejada. Por outro, a compelência é uma estratégia que coage um oponente a parar uma ação já iniciada ou a passar a fazer algo que ele não desejava inicialmente (Freedman; Raghavan 2012, p.208). Mazarr (2018, p.5), afirma que o objetivo da dissuasão é convencer um potencial agressor de que o cálculo custo-benefício da agressão é desfavorável. Reunindo tal perspectiva com a ideias de Thomas Schelling¹⁰, evidencia-se o fato de que a dissuasão e o conjunto de fatores que a tornam possível caracterizam uma estratégia majoritariamente defensiva. Nas palavras de Morgan (2003, p.3), a diferença entre a dissuasão e a compelência é abstrata, tornando-as indistinguíveis em cenários reais por possuírem os mesmos passos básicos para se concretizar: a ameaça, a credibilidade e a manipulação da percepção do oponente.

Nesse sentido, a teoria da dissuasão assume que a racionalidade é utilizada na execução do cálculo custo-benefício, parte do processo de tomada de decisão, por parte de todos os atores, tendo em vista a busca pela maximização de seus resultados (Morgan, 2003, p. 70). A escolha racional pelo cálculo custo-benefício, no processo de tomada de decisão da dissuasão tem influência da perspectiva realista, em que a expectativa do uso da força é intrínseca ao sistema internacional, sendo a dissuasão um componente originado da tentativa de equilíbrio de poder entre os estados no sistema (Morgan, 2003, p.12).

Logo, é esperado que a teoria forneça três serviços: descrever o que é preciso em situações de dissuasão; explicar o funcionamento da estratégia e especificar o que determina os resultados; prescrever bons comportamentos para alcançar seus objetivos (Morgan, 2003, p. 42). Para Morgan (2003, p. 70-71), apesar da teoria assumir que os atores envolvidos são racionais, isso não é totalmente verdade. Na realidade, nem todos os atores são racionais ou completamente racionais, todavia, atores irracionais podem alcançar os mesmos resultados que os racionais, provavelmente por conseguirem identificar as opções mais benéficas para si independente disso (Morgan, 2003, p.70-72).

⁹ O oponente é o ator que se opõe ao dissuasor, ameaçando o status quo.

¹⁰ Schelling (2014, p.106) defende que o sucesso da coerção está na não utilização das forças, mesmo que estas estejam disponíveis.

Destarte, para Freedman e Raghavan (2012, p.209), mesmo que ambos os lados compartilhem da mesma estrutura de racionalidade, a dissuasão ainda pode falhar. Isso porque o ator **B** pode interpretar mal os sinais enviados por **A** ou, mesmo que os compreenda, ele pode estar inclinado a acreditar que **A** não implementaria sua ameaça. Como dito por Haffa (2018, p. 98), por vezes tomadores de decisões que iniciam guerras estão mais concentrados em suas próprias necessidades que no cálculo das capacidades de seu possível adversário. A colocação do autor demonstra a importância da determinação dos atores na situação dissuasória, que pode ditar o sucesso ou falha da estratégia quando interage com outras variáveis dependendo do nível e do tipo de motivação dos atores.

Portanto, observa-se que a teoria apresenta algumas variáveis essenciais para o sucesso e, conseqüentemente, para a falha da dissuasão. Kaufmann (*apud* Morgan, 2003, p.2), coloca em evidência três fatores que explicam as condições existentes para a credibilidade da dissuasão:

1- Que você tenha uma capacidade militar efetiva; 2- que você possa impor custos inaceitáveis ao seu oponente; 3 - que você usaria isso se fosse atacado. Esses pré-requisitos surgiram de forma prescritiva para ajudar os governos a sobreviverem na era nuclear e a dissuasão nuclear é melhor entendida como uma solução para problemas fundamentais de longa duração (Kaufman *apud* Morgan, 2003, p.2).

Desse modo, sendo reais a intenção e a determinação em dissuadir, a credibilidade, segundo Haffa (2018, p. 96), pode ser reforçada pela força (capacidade), pela proximidade geográfica e pela projeção de poder. Sob outra perspectiva, Wirtz (2018, p.64) afirma que a credibilidade está relacionada ao compromisso assumido previamente com a ameaça, e não necessariamente com a capacidade possuída. Além disso, de acordo com a estratégia dissuasória escolhida, as percepções dos oponentes sobre a credibilidade das ameaças podem ser alteradas (Wirtz, 2018, p.64).

Outrossim, segundo Morgan (2003, p. 16) para alcançar a credibilidade é necessário poder impor danos inaceitáveis, realmente ter a capacidade para executar isso, e que o oponente perceba que a ameaça realmente poderá ser aplicada. No entanto, Morgan (2003, p. 37) também afirma que impor custos excessivos ao ator pode levar à incredulidade, mesmo que o ator possua a capacidade de executar tal ameaça. Consoante Morgan, Freedman e Raghavan (2012, p. 209) afirmam que a credibilidade é um dos fatores que cooperam para a efetividade de ameaças militares e está associada aos custos impostos por elas. A credibilidade, então, reflete o nível de esforço e recursos implementados em uma ameaça, mas

também pode refletir a capacidade do alvo de responder e de impor custos (Freedman; Raghavan, 2012, p. 209).

Não obstante, observa-se o comportamento estadunidense ao reforçar continuamente sua determinação em cumprir seu compromisso com Taiwan, sobretudo por meio da Lei de Relações com Taiwan, como forma de garantir a credibilidade de sua dissuasão estendida, em que por meio da ambiguidade estratégica ameaça interferência em caso de invasão à ilha por parte da China. Inseridas no debate sobre as modalidades da dissuasão, a dissuasão direta e a dissuasão estendida se encontram na discussão da dimensão espacial da aplicação estratégica. Na percepção de Mazarr (2018, p.3), a primeira consiste nos esforços aplicados por um estado para dissuadir agressões contra o seu próprio território, enquanto a segunda é a estratégia utilizada por um ator quando procura desencorajar um ataque a seus aliados ou parceiros. Conforme Brands (2023), apesar do presidente Biden ter reafirmado que sairia em auxílio de Taiwan, a dissuasão é maior que políticas declaratórias e exigem a construção de uma estrutura de forças que imponha medo ao agressor.

Dando continuidade, Haffa (2018, p. 96) afirma que a capacidade é a aquisição e emprego de forças militares para aplicar ameaças reais e retaliações, a fim de negar o sucesso ao oponente. Na *teoria da dissuasão perfeita*¹¹, a capacidade é a única condição absolutamente necessária para o sucesso da dissuasão, pois, quando um dos dois atores não têm a capacidade de cumprir a sua ameaça a dissuasão tende a falhar (Zagare, 2004, p. 124).

Tendo em vista a clareza da mensagem como uma das variáveis, Haffa (2018, p. 97) aponta que a comunicação envolve transmitir com transparência a capacidade e a determinação de tomar uma ação contra o oponente. Amir Lupovici (2010, p. 7), por sua vez, adiciona que o discurso dissuasório ajuda os atores a compreenderem as ações de seus oponentes e a realidade. Nesse contexto, Mazarr (2018, p. 9) aponta que quanto mais ambígua a demanda, maior é a chance de a dissuasão falhar. O estado dissuasor precisa ser claro e o alvo tem que perceber a ameaça com precisão; para isso, é preciso encontrar o equilíbrio entre clareza e provocação ao comunicar suas intenções. Para Freedman e Raghavan (2012, p.209), o desafio central sobre as estratégias coercitivas reside em encontrar meios para se certificar que o oponente recebeu a ameaça, conseguiu relacioná-la à sua ação em curso e optou por mudar seu comportamento.

¹¹ A teoria da dissuasão perfeita faz parte de uma visão contemporânea sobre a dissuasão; e coloca os atores como não necessariamente iguais, passíveis de diferentes ambições, entre elas a preferência pela prevalência do status quo e a falta de motivações para alterá-lo (Zagare, 2004, p. 127).

Nesse sentido, Mazarr (2018, p. 7) aponta que é a percepção a variável dominante no sucesso ou na falha da dissuasão. Segundo o autor, a estratégia é bem sucedida quando consegue criar uma percepção subjetiva na mente dos líderes do país alvo. A importância da percepção do agressor pode explicar a razão pela qual a dissuasão falha mesmo quando o dissuasor é militarmente superior, pois, países agressores (oponentes) às vezes decidem que devem agir (atacar) ou enfrentarão a ruína de sua nação por motivos geopolíticos ou domésticos (Mazarr, 2018, p. 7). Ou seja, um oponente que parte da percepção de que não agredir pode ser fatal para ele, dificilmente poderá ser dissuadido.

Isto posto, Lebow (*apud* Mazarr, 2018, p. 7) estabelece quatro caminhos para uma agressão motivada pela percepção: “O medo do agressor de um colapso iminente no equilíbrio de poder global, a necessidade de redirecionar a atenção de instabilidades políticas domésticas, a fraqueza de um conjunto específico de líderes e a competição pelo poder entre a elite de um estado”. As percepções indicam a importância do papel dos líderes na dissuasão, com suas crenças, preconceitos e estilos cognitivos¹². Nessa perspectiva, enquanto uns podem preferir evitar riscos, outros podem ser fáceis de dissuadir ou estar em uma busca constante pela violência. Sendo assim, a importância da variável também aponta para a necessidade de personalização da estratégia dissuasória (*tailored deterrence*), visto que a dissuasão funciona de formas específicas contra potenciais oponentes específicos e não o contrário (Mazarr, 2018, p. 8).

Ademais, Mazarr (2018, p. 5) também afirma que a variável do equilíbrio de forças local não explica diretamente o sucesso ou a falha da dissuasão, isso porque, em uma grande quantidade de casos, potenciais agressores optaram por não desafiar atores mais fracos mesmo possuindo capacidades para tal. Em outros casos os agressores optaram pela agressão conscientes da desvantagem em relação ao oponente. Isso pode ser explicado pela diversidade de motivações, considerações, medos e preferências que podem existir por trás das decisões de um ator, tornando a força militar relativa apenas um fator adicional (Mazarr, 2018, p. 6). Para o autor, guerras não costumam começar porque os atores acreditam ser superiores militarmente, mas sim porque líderes estão convencidos de que precisam utilizar a força para atingir objetivos específicos.

Mesmo que o dissuasor tenha a vantagem, a dissuasão pode falhar como consequência de crenças ilusórias que motivam o oponente e que geralmente sustentam decisões

¹² Abordagens psicológicas têm sido muito relevantes nas Relações Internacionais, bem como em ajudar a compreender como a dissuasão pode falhar em detrimento da percepção dos atores. Jervis (2017) agrega aos estudos da dissuasão por essa perspectiva em seu livro *Perception and Misperception in International Politics*.

previamente tomadas como: “precisar” agir por razões geoestratégicas¹³ ou políticas domésticas (Mazarr, 2018, p. 6). Dessa forma, ser superior em termos de capacidade não é um pré-requisito para o sucesso de um dissuasor. Uma vez que, às vezes, atores em situação de assimetria podem ser bem sucedidos mesmo quando um agressor está decidido a atacar (Mazarr, 2018, p. 6). Não obstante, mais importante que ser superior militarmente é estar apto a empregar capacidades suficientes para aumentar o custo de um ataque e tornar o escalonamento inevitável, eliminando o risco de um *fait accompli*¹⁴, sobretudo na área de potencial agressão. De acordo com James Wirtz (2018, p. 64), a falha da dissuasão impacta profundamente o dissuasor, pois exige que ele de fato realize a ameaça de uso da força emitida. Ou seja, exige que o ator processe uma guerra que buscou evitar em um primeiro momento.

Para Morgan (2003, p. 163), a força da motivação do oponente é muito importante para saber como um desafio surge e até onde ele vai (sua determinação), pois dissuadir um inimigo muito insatisfeito é difícil. Frequentemente, os oponentes não são simplesmente oportunistas, e sim motivados por pressões internas. Conforme abordado por Patrick Morgan (2003, p. 164), especialistas concordam que a motivação é a variável mais importante para o sucesso ou falha da dissuasão, especialmente se a mesma abranger tanto o desejo de desafiar como a vontade de assumir riscos. Logo, o dissuasor não controla a situação a menos que a motivação do inimigos seja baixa o suficiente para isso e mesmo que o dissuasor execute seu papel corretamente o inimigo ainda poderá atacar.

Quanto às tipologias da dissuasão, a diferença básica entre a dissuasão convencional e a dissuasão nuclear se encontra no tipo de armamento utilizado por cada modalidade. Uma vez que a dissuasão nuclear encontra a sua eficácia em armas termonucleares, enquanto a capacidade de dissuasão convencional é sinalizada por armas e sistemas convencionais. Conforme apontado por Morgan (2003, p. 8) a imensa destruição prometida pelas armas nucleares não as tornaram cruciais na dissuasão, mas sim o fato de que essa destruição parece ser inevitável independentemente de qualquer estratégia que viesse a ser utilizada.

Para John Mearsheimer (1983, p. 15), enquanto a dissuasão pela punição tende a ser associada às armas nucleares – apesar de eventualmente a mesma também ser executada por armas convencionais –, a dissuasão pela negação é associada a forças convencionais – apesar

¹³ Mazarr (2018, p. 6) dá o exemplo do Japão, em 1941, convencido de que seria capaz de vencer os Estados Unidos em uma guerra.

¹⁴ O termo *fait accompli* se refere ao ato de usar uma força limitada para objetivos limitados – como por exemplo a captura de um território – idealmente por meio da surpresa estratégica, tornando a perda do território mais viável que a guerra (Mearsheimer, 1983, p. 57; Colas, 2022).

de alguns autores alegarem que armas nucleares também deveriam ser utilizadas para negar¹⁵. Nas palavras de Wirtz (2018, p. 68), a dissuasão pela punição ameaça danos contínuos ou crescentes, a fim de compelir um oponente a desistir de um curso de ação; para o autor, se trata de uma ameaça dissuasória que assume uma postura estratégica de compelência, após a falha da dissuasão. A dissuasão pela negação, por sua vez, funciona por meio do medo da falha e se concentra nas ameaças para deter uma invasão, bem como na própria defesa do território durante uma batalha (Harvey; Mueller *apud* Dall'Agnol; Duarte, 2022, p. 111). Militarmente, essa abordagem é alcançada por meio do uso da força para bloquear a entrada do inimigo.

Quanto ao tempo, a dissuasão geral costuma ser caracterizada como mais fácil do que a dissuasão imediata por ocorrer em momentos que não representam crises — ou seja, com longos períodos de tempo sem ataques — ao passo que uma situação imediata costuma ser de grande risco e exigir esforços rápidos e agressivos, considerando que talvez o comprometimento do oponente em atacar seja maior que se possa superar (Mazarr, 2018, p.4). Mazarr (2018, p.4) aponta também que a dissuasão imediata representa uma situação de urgência para prevenir um ataque iminente de um inimigo específico, geralmente durante uma crise.

Nesse contexto, embora a China e os Estados Unidos possuam recursos nucleares dissuasórios, a princípio ambos utilizam de estratégias dissuasórias convencionais no Estreito de Taiwan, operacionalizadas pelo Anti Acesso e Negação de Área (A2/AD) e pela estratégia de *AirSea Battle* (ASB), respectivamente (Tangredi, 2013). O A2/AD também é a estratégia utilizada por Taiwan, tendo em vista a assimetria de poder percebida em relação à China e a necessidade de uma estratégia essencialmente defensiva. Como posto por Biddle e Oelrich (2023, p. 13, 41), as mesmas tecnologias que permitem a existência de uma zona de A2/AD chinesa, também permitem a existência de uma zona A2/AD em torno de Taiwan, no qual a negação do uso do mar é uma possibilidade em favor de Taipei em caso de uma estratégia bem desenvolvida.

A literatura referente ao aporte teórico utilizado foi encontrada, sobretudo, nos resultados da Iniciação Científica realizada durante a graduação (PVE15093-2022). A pesquisa anterior se debruçou sobre o estado da arte da teoria da dissuasão convencional por meio de uma revisão da literatura especializada sobre o tema e forneceu boa parte das referências sobre a dissuasão aqui encontradas. Dessa forma, foram realizados estudos de

¹⁵ Mearsheimer se refere a autores como Brodie (1965), Gray (1974) e Rose (1980).

documentos, livros e artigos científicos de autores clássicos, fundamentais para a compreensão da teoria da dissuasão, bem como autores mais recentes e igualmente relevantes para o tema em discussão.

2.2 Os Estudos de Futuro: Prospectiva e Cenários

É característico da natureza humana a busca pelo entendimento sobre acontecimentos futuros. Com isso, é possível escolher, calcular, planejar e traçar metas em busca do melhor resultado possível. Sendo assim, os estudos de futuro como um método científico surgiram a partir da década de 1950, utilizados por militares estrategistas para antecipar os movimentos de seus inimigos e elaborar estratégias alternativas para respondê-los (Bojer, 2018). Percebe-se, então, a profunda ligação entre os estudos prospectivos e os estudos de Defesa e Segurança.

Os primeiros estudos prospectivos (ou Prospectiva) reconhecidos foram feitos pela Corporação Rand, dos Estados Unidos, em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial (Buarque, 2003, p. 9). A técnica pioneira foi a construção de cenários, ainda de forma basilar, que ganhou espaço experimental no ambiente corporativo a partir da década de 1960 e posteriormente popularizou-se em outros países. Outrossim, a chamada “era da incerteza”, que remete ao período imediato pós Guerra Fria, na década de 90, culminou em uma gama de profissionais e empresas especializadas na produção de cenários (Buarque, 2003, p. 9).

A prospectiva afirma que o futuro deve ser observado de forma sistêmica, priorizando tendências, incertezas e atores envolvidos e como essas variáveis interagem entre si e com ação humana (Marcial, 2023). Logo, esse campo de estudos busca recolher informações e conhecimento verdadeiro sobre realidades futuras, enquanto investiga o impacto das mudanças de forma sistemática, regrada e imparcial — à medida do possível — e por isso diferencia-se de projeções e suposições sobre o futuro (PNUD, 2018, p. 14).

O campo de estudos se debruça sobre o exame de médio a longo prazo de mudanças em variáveis centrais e como interagem entre si. A partir disso, são criados cenários plausíveis de possíveis realidades futuras, que podem ser desejáveis ou indesejáveis, e podem identificar desafios e oportunidades em proveito de planejamentos estratégicos, inovações e implementações (PNUD, 2018, p. 14). Não obstante, é importante ressaltar que no cenário internacional o termo *Foresight* é utilizado de forma mais ampla, sendo mais significativo que o termo Prospectiva, que é mais utilizado no Brasil (Marcial, 2023).

Para Soares (*et al.* 2019, p. 11) a prospectiva possui diversas dimensões de compreensão da realidade, considerando e articulando passado, presente e futuro a partir de um conjunto de fatores e suas inter-relações. Desse modo, é possível compreender como as estruturas estabelecem limites e efeitos sobre os fatos e ação dos atores, sendo a certeza da mudança a única o ponto comum. Assim, destacam-se nos estudos prospectivos a descontinuidade dos fenômenos e a ruptura resultante de diversos fatores considerados (Soares *et al.* 2019, p. 11).

Na perspectiva francesa, os estudos prospectivos observam o futuro como objeto ainda não definido, o que reflete na visão do indivíduo como agente mais responsável pelo próprio destino, em oposição aos estudos que consideram um sistema autorregulado sobre o futuro (Soares *et al.*, 2017, p. 16; Jouvenel *apud* Soares *et al.*, 2017, p. 16). Ainda, Jouvenel (*apud* Soares *et al.*, 2017, p. 16), levanta a inferência de que “[...] Tendo em vista o processo dinâmico da história, sobre o qual incide a ação social, a expectativa de identificar elementos atemporais que auxilie na antecipação de eventos futuros mostra-se questionável”. Consoante o autor, a incerteza que existe sobre o futuro é a mesma que permite ao indivíduo a liberdade, contudo, isso não sugere que os estudos prospectivos assumam que toda mudança é possível, mas que os processos históricos podem tanto constranger, quanto contribuir para mudanças específicas (Jouvenel *apud* Soares *et al.*, 2017, p. 16). Nesse entendimento, Jouvenel (*apud* Soares *et al.*, 2017, p. 17) aponta que as características que diferenciam a prospectiva da previsão são a existência de abordagens pluridisciplinares, o emprego de análises tanto qualitativas, quanto quantitativas e a preocupação com as rupturas — a descontinuidade histórica.

Segundo Elaine Marcial (2023), cenários são histórias a respeito do futuro. Esses, são construídos a partir de sinais deixados no passado e no presente e devem ser capazes de informar como o ambiente estará no futuro e qual trajetória levou a tal resultado. Além disso, deve-se considerar que o futuro é múltiplo e incerto e, sendo assim, sempre existirão diversos cenários a serem considerados em um planejamento estratégico (Marcial, 2023). Dos métodos existentes para a construção de cenários, destacam-se as escolas da Lógica Intuitiva, a La Prospectiva (Francesa) e a Probabilística (Marcial, 2019, p. 44). A primeira, iniciada por Pierre Wack, da multinacional Shell, resultou no método GBN (*Global Business Network*). A escola Francesa deu origem ao Método Godet e a Probabilística ao Método Grumbach. Além desses, Marcial (2019, p. 43) destaca o Modelo Síntese, nome que faz alusão à união de características comuns aos outros três métodos mencionados, sendo elas: a produção de

múltiplos cenários como resultado do estudo; a ênfase nos atores envolvidos; e o processo criativo.

Logo, cenários exploram como o mundo poderia se desenvolver sob diferentes conjuntos de suposições a partir de insights e dados gerados por especialistas líderes na área em que são produzidos (Shell, 2024). Os mesmos são construídos utilizando modelos preexistentes e envolvem a busca por diferentes versões de futuros plausíveis e possíveis (Shell, 2024). É importante ressaltar que a criação de cenários não é um trabalho de previsão ou expectativa do que provavelmente acontecerá, ou que deveria acontecer, pois não eliminam incertezas e não abrangem com totalidade as informações — variáveis — existentes (Shell, 2024). Para Van der Heijden (*apud* Gong *et al.* 2017, p. 136), cenários podem ajudar tomadores de decisão a identificar opções capazes de performar bem em relação a outras. De acordo com Gong *et al.* (2017, p. 146), o uso de cenários em detrimento de previsões (*Forecasts*) exhibe incertezas existentes e leva os usuários a optarem por estratégias mais robustas, que possuem performances significativamente melhores, tendo em vista a atenção a casos extremos.

Schoemaker (*apud* Gong *et al.* 2017, p. 136) afirma que cenários conseguem neutralizar pressões apresentando futuros alternativos como possibilidade e não previsões, facilitando a consideração de vários futuros indesejáveis e, conseqüentemente, resoluções para os mesmos. Virdee e Hughes (2022) apontam que os cenários são fruto dos limites entre o que se pode saber sobre o futuro e a necessidade de planejá-lo. A produção de cenários não objetivam prever o futuro, o que de fato não fazem, mas servem para ajudar os tomadores de decisão a pensar estrategicamente ao incorporar a incerteza na formulação de políticas. Portanto, cenários são uma ferramenta útil para a construção de políticas, orientar estratégias e acomodar mudanças – incertezas – futuras (Virdee; Hughes, 2022).

2.3 O Estudo Comparativo dos cenários

Nas ciências sociais, o estudo comparado se mostra essencial tanto para a criação de teorias, quanto para testá-las. O método permite a testagem e geração de hipóteses a partir de diversas abordagens. Amplamente utilizado no setor corporativo, a comparação entre cenários mostra-se de grande importância no processo de gestão de riscos e criação de planejamentos estratégicos.

Como posto por Landman (2008, p.9, 10), o método de análise comparativa permite testar hipóteses por meio do debate de diferentes explicações, muitas vezes opostas, possibilitando a criação de predições sobre os resultados de um caso específico. Ou seja, o estudo comparado de cenários prospectivos pode gerar inferências sobre tendências ou recorrências que possam, mediante análise, indicar sementes de futuro¹⁶. É nesse contexto que estudos comparativos contribuem para o planejamento estratégico e para a tomada de decisão de governantes a partir do uso dos estudos de futuros.

Isto posto, o presente trabalho configura-se como uma análise comparativa com número de casos reduzido (small-n), contando com 2 casos ($n = 2$) — CFR e IISS — que geram um total de 6 observações (cenários). Diante do objetivo principal de compreender a causa da falha da dissuasão nos cenários selecionados, a monografia testará a hipótese de que a falha na dissuasão, nos cenários, ocorre diante da percepção chinesa que os Estados Unidos interviriam em uma invasão, mas não estariam dispostos ou não seriam capazes de assumir altos custos em caso de um embate direto ou de intervir de forma imediata em caso de abordagens menos violentas, como um bloqueio ou uma quarentena.

A escolha dos documentos foi feita a partir de uma busca prévia em *Think Tanks* de defesa segurança internacional de diversos países, incluindo China e Taiwan. No entanto, não foram encontrados cenários prospectivos feitos pelos países asiáticos envolvidos no cerne do trabalho, sendo então considerados os cenários das *Think Tanks* de maior relevância e compatibilidade com o tema¹⁷. Alguns critérios utilizados para a escolha dos cenários foram a riqueza de detalhes dispostas no nível estratégico – principalmente – e de detalhes a respeito das variáveis dispostas pela teoria da dissuasão e utilizadas na estrutura da monografia, a fim de realizar a análise com a maior riqueza de dados possível.

Assim, é importante notar que os cenários escolhidos sofrem fortes influências de suas origens, tendo em vista que ambos são provenientes de estudos feitos por *Think Tanks* e autores¹⁸ de países que fazem parte da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico) e tem relações próximas estabelecidas com seus respectivos governos. Além disso, nenhum dos documentos especificam detalhes a respeito da metodologia utilizada para alcançar os resultados obtidos.

¹⁶ O conjunto de conceitos utilizados, como “sementes de futuro”, “incertezas críticas” e “tendências”, são melhor definidos por Marcial (2023).

¹⁷ Possivelmente, a barreira linguística foi um dos fatores que minaram os esforços feitos para encontrar documentos feitos pelos países asiáticos.

¹⁸ Gady conduziu pesquisas de campo enquanto fazia parte das forças da OTAN, no Oriente Médio (IISS, 2024a).

Nesse sentido, os cenários fornecidos pelo CFR são três cenários de futuros alternativos criados a partir da interação entre os autores, nos quais o governo chinês opta pelo uso de instrumentos militares para demonstrar ou estabelecer o controle soberano chinês sobre Formosa. Eles têm como objetivo contribuir para a construção de uma estratégia estadunidense mais robusta e capaz no estreito de Taiwan, que é a proposta final do documento em que os cenários estão inseridos. Desse modo, é importante considerar que os cenários são feitos por especialistas¹⁹ ligados ao governo dos Estados Unidos, assim como a *Think Taank* que, apesar de ser independente, possui laços estreitos com o governo no sentido de produção de conhecimento para uso institucional. O documento em que os cenários estão inseridos, “Os Estados Unidos, a China e Taiwan: uma estratégia para prevenir a guerra” (Blacwill; Zelikow, 2021), é um relatório especial do conselho (CSR), ou seja, são resumos políticos produzidos para dar uma resposta rápida a uma crise em desenvolvimento ou contribuir para a compreensão do público sobre os dilemas políticos atuais.

O documento “A Falha da Dissuasão em um conflito através do estreito: o papel das alianças, equilíbrio militar e tecnologias emergentes” (Boyd; Gady; Nouwens, 2023), apresenta três cenários hipotéticos em que foram feitos a partir de um *workshop* com especialistas no tema em questão. A partir das variáveis, os cenários buscam compreender as possíveis circunstâncias em que a falha da dissuasão aconteceria e como a opacidade do processo de tomada de decisões de alto nível, por parte da China, podem resultar em más interpretações e julgamentos incorretos e contribuir para a falha da dissuasão. É importante observar que a *Think Tank* IISS, responsável pelo documento, é reconhecida por sua proximidade com instituições e entidades políticas britânicas, declaradamente ajudando a moldar a agenda estratégica e o debate público por meio da produção de conhecimento²⁰ (IISS, 2024b).

Diante disso, o trabalho pretende realizar um estudo comparativo dos cenários selecionados e a análise dos dados será feita por meio de uma análise interpretativa, com uma abordagem qualitativa, a partir da lente analítica da teoria da dissuasão. Com isso, as variáveis independentes — a *Credibilidade*, a *Clareza da mensagem*, a *Determinação*, a *Capacidade* e a *Percepção do oponente* — serão observadas na discussão como fatores diretamente influentes sobre a falha da dissuasão (variável dependente). Mais especificamente, serão

¹⁹ Ambos os professores são ex-diplomatas estadunidenses que ainda possuem ligação com cargos governamentais e foram conselheiros de presidentes dos Estados Unidos e do Conselho Nacional de Segurança, em momentos distintos de suas carreiras (CFR, 2024; UVA, 2024).

²⁰ Nouwens trabalhou diretamente de Taiwan para o Serviço Europeu de Ação Externa (IISS, 2024c)

observados os papéis de cada uma dessas variáveis numa possível relação de causalidade sobre a falha da dissuasão nos cenários analisados. Além dos fatores supracitados, outras variáveis que podem vir a interferir (intervenientes) são: os *status das alianças militares*, a *estabilidade regional*, as *condições geográficas* e a *interdependência econômica entre os estados*. Serão observadas suas possíveis influências sobre a falha da dissuasão nos cenários.

O modelo comparativo aqui adotado seguirá os passos de: (1) descrição dos cenários; (2) análise da falha da dissuasão em cada um deles (3) debater as falhas da dissuasão encontradas nos cenários, buscando por semelhanças e diferenças no papel das variáveis. Para isso, serão analisados os fatores como: ameaças; uso de força e demonstrações de força; relacionamento entre os atores; contextos políticos domésticos e internacionais; aquisição de tecnologias; questões econômicas e de comércio internacional.

3 OS CENÁRIOS

Diante do contexto apresentado nas seções anteriores, percebe-se uma sólida determinação chinesa na busca pela soberania de Taiwan, adotando uma postura totalmente reagente sobre os acontecimentos no Estreito e condenando de forma clara a aproximação taiwanesa com os Estados Unidos. De acordo com o governo chinês, recorrer ao uso da força em prol da reunificação é uma opção, caso se julgue necessário (China, 2024). Ademais, em sua Política de Defesa, o país tem como um dos objetivos de proteção de sua soberania, segurança e desenvolvimento a oposição e contenção da independência de Taiwan²¹ (China, 2024).

Não obstante, para os Estados Unidos, Taiwan representa um interesse estratégico vital por estar localizada dentro da Primeira Cadeia de Ilhas, ancorada em uma rede de aliados estadunidenses de vital importância para a segurança regional e para os interesses dos EUA no Indo-Pacífico (Sacks, 2023). A Primeira Cadeia de Ilhas é um conceito estadunidense que considera Taiwan, Japão, Filipinas e parte do Mar da China Meridional como parte de sua estratégia dissuasória de contenção do poder chinês, estratégia essa que está disposta em duas cadeias de ilhas (Figura 1) (Ferreira; Teixeira Junior, 2023, p. 7).

Figura 1 – As Cadeias de Ilhas

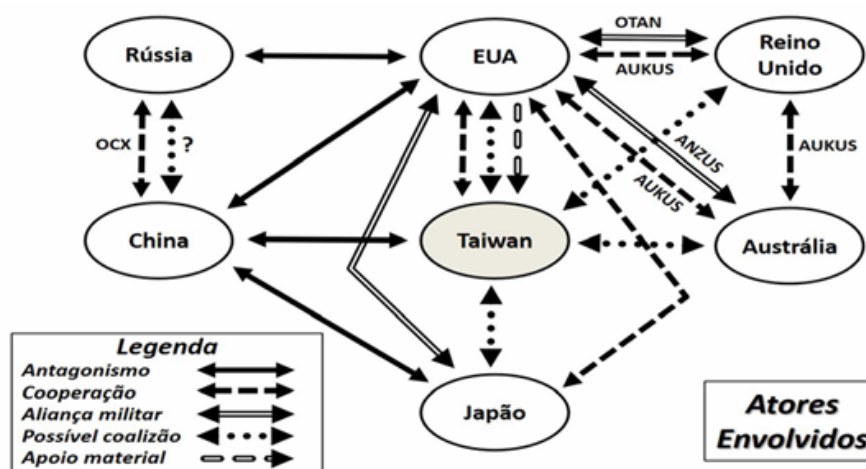
²¹ A Lei Anti-Secessão, de 2005, formaliza a possibilidade de uso da força contra a independência de Taiwan (Curtis, Rei, Ward, 2023).



Fonte: Sacks (2023).

Logo, em vista do envolvimento de atores regionais e extrarregionais, faz-se necessário compreender a dinâmica das relações entre eles. Como pode ser visto no diagrama abaixo (Figura 2), além da cooperação em defesa e desenvolvimento entre EUA e Taiwan e a rivalidade desses com a China, os Estados Unidos poderiam liderar uma coalizão de países em prol da defesa de Formosa. Tal coalizão poderia incluir o Reino Unido, Austrália e Japão, bem como outros países que também possuem contenciosos com a China (Ferreira; Teixeira Junior, 2023, p. 4).

Figura 2 – Diagrama de relações no conflito de Taiwan



Fonte: Ferreira e Teixeira Júnior (2023, p. 4).

É necessário considerar, também, a parceria diplomática entre Austrália, Japão, Índia e Estados Unidos em prol da abertura, estabilidade e prosperidade da região Indo-Pacífica, o *Quad*²² (Austrália, 2024). Além disso, o acordo de cooperação militar entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos (AUKUS), que promove uma maior troca de informações e fomenta uma integração mais profunda em ciência, tecnologia, bases industriais e cadeias de suprimentos relacionada à segurança e defesa (DoD, 2023). Em contrapartida, Pequim e Moscou cooperam no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai, em que estabelecem uma forte relação de parceria político-militar (Ferreira; Teixeira Junior, 2023, p. 5).

Diante da breve apresentação do contexto estratégico, cabe aprofundar na descrição dos cenários propostos pelos documentos. Desse modo, serão apresentados os cenários do *Council on Foreign Relations* e, em seguida, os cenários produzidos pelo *International Institute for Strategic Studies*.

3.1 Três Cenários para um Conflito Militar em Taiwan (*Council on Foreign Relations*)

O documento “Três Cenários para um Conflito Militar em Taiwan” (Blackwill; Zelikow, 2021, p. 30-40) faz parte de um relatório produzido pela *Think Tank* estadunidense *Council on Foreign Relations*. O relatório tem como objetivo final apresentar uma estratégia para prevenir um conflito no estreito de Taiwan, visto que os autores acreditam que a

²² A agenda do *Quad* vai de temas como a segurança alimentar, mudanças climáticas e infraestrutura, à segurança marítima, ciber segurança e contra-terrorismo, entre outros (Austrália, 2024).

estratégia dos Estados Unidos é inadequada para deter ou, caso necessário, reagir à coerção ou agressão chinesa.

De acordo com os autores, apesar de existirem outras formas de coerção que a China poderia utilizar contra Taiwan, o uso da força é considerável, visto que medidas coercitivas não militares podem não alcançar os objetivos do PCCh (Partido Comunista Chinês). Assim, observando que a China tem se posicionado como em uma preparação pré-guerra, os autores propuseram três cenários alternativos em que o governo optou por instrumentos militares para demonstrar ou estabelecer a soberania da China sobre Taiwan.

3.1.2 Cenário 1: A China Invade a Periferia de Taiwan

O primeiro cenário proposto por Blackwill e Zelikow (2021, p. 32-34) considera o contexto em que a China já está engajada em uma campanha de assédio contra as redondezas de Taiwan, a chamada estratégia de Zona Cinzenta, que se baseia em demonstração de capacidades como forma de intimidação preliminar. Para levar a situação adiante, a China poderia decidir por demonstrar sua força de forma mais enfática e invadir uma das ilhas periféricas sob controle de Taiwan.

Este cenário oferece quatro opções, sendo a primeira delas a Ilha Taiping ou Ilha de Itu Aba (Figura 3), que faz parte do grupo de ilhas Spratly, no Mar do Sul da China. Outra opção seriam as Ilhas Pratas (ou Dongsha), um atol bem mais próxima de ambos os territórios. A localização das Ilhas Pratas tem um valor estratégico modesto, isso porque ficam no caminho entre Hong Kong ou das Ilhas Hainan ao Estreito de Luzon e o Canal de Bashi que é uma das principais saídas da China para o Pacífico. A terceira e quarta opções para a China seriam as Ilhas Penghu, ou Ilha dos Pescadores, que são mais próximas ao sul de Taiwan, e as Ilhas Kinmen e Matsu, mais próximas do continente chinês. As últimas opções mostram ser de importante relevância por possuírem populações permanentes residindo em seus territórios, enquanto Taiping é muito distante e as Ilhas Pratas não possuem população permanente.

Figura 3 - Leste da China e Taiwan



Fonte: Blackwill e Zelikow (2021).

Das quatro opções, as Ilhas Pratas seriam as mais prováveis para Pequim caso estivessem desprotegidas. De todo modo, a questão principal para o cenário é se Taiwan lutaria ou se optaria por uma rendição imediata. Uma luta e quantidade de vítimas significantes poderia gerar grandes efeitos políticos em Taiwan, no Japão, Estados Unidos e outros lugares. Caso decida por estender o conflito, usando o exemplo das Ilhas Pratas, os taiwaneses teriam que decidir se enviariam ou não mais forças (como submarinos, navios e aeronaves). Isso aumentaria a atenção sobre o conflito e geraria mais perdas, resultando em maiores implicações regionais e globais. Contudo, não se sabe qual seria a escolha de Taiwan para esse cenário.

Para os chineses, a atividade representaria um um risco relativamente baixo e eles contariam com a confiança de serem militarmente superiores, independentemente da ilha escolhida. Todavia, o que a China realmente deseja ainda seria uma incógnita nesse cenário, pois com isso não estariam resolvendo a questão da soberania de Taiwan e sim agravando-a. O país poderia acabar pagando altos custos por um resultado não tão significativo. Mesmo que

Pequim acreditasse ter ensinado uma lição a Taiwan, posteriormente poderia sofrer efeitos negativos se Taiwan se defendesse e isso gerasse uma resposta política negativa internacionalmente. A RPC poderia acabar percebendo que militarizou a população de Formosa, antes dividida, e incentivou intervenções dos Estados Unidos, Japão e outras. Nesse cenário, a China poderia acabar pagando um custo expressivo no longo prazo, sem resolver sua questão principal²³.

3.1.3 Cenário 2: A China Quarentena Taiwan

No cenário “A China quarentena Taiwan” os autores (Blackwill; Zelikow, 2021, p. 35-37) afirmam que em uma ação como essa a China tomaria o controle terrestre e aéreo das fronteiras de Taiwan e sobre o espaço aéreo da ilha. A medida teria a finalidade de bloquear o funcionamento do Aeroporto Internacional de *Taoyuan*, em Taipé, e de impedir que Kaohsiung funcionasse como porto internacional de Taiwan. Além disso, o governo da RPC poderia executar uma ação para rastrear navios e aeronaves que se aproximassem da ilha, identificando aqueles que considerassem inocentes. Outra opção seria solicitar que navios e aeronaves suspeitas fossem desviados para o desembarco aduaneiro chinês em um porto ou aeroporto no continente. Essas ações seriam possíveis pois a China possui uma excelente “consciência de domínio” e conta com muitos navios de sua Marinha, guarda costeira e milícia marítima para tal.

Nesse contexto, em janeiro de 2021 o Congresso Nacional do Povo, do governo chinês, aprovou uma lei que autorizou os navios de sua guarda costeira²⁴ a usar todos os meios necessários contra embarcações estrangeiras e a inspecioná-los quando estiverem em águas contestadas pela China. A lei também dá abertura para a criação de zonas de exclusão temporárias para impedir a entrada de embarcações estrangeiras.

Segundo os autores, a China poderia ter dois argumentos para defender a quarentena. O primeiro deles é que estaria afirmando e estabelecendo o controle sobre a soberania de Taiwan. Visto que grande parte do mundo aceitou, nominalmente, que existe apenas uma China e, portanto, que a China possui algum tipo de direito soberano sobre Formosa, a RPC

²³ Os autores ressaltam que, em todos os cenários do documento, os cálculos feitos por eles podem ser diferentes dos cálculos feitos pela China.

²⁴ Considerada a maior do mundo, a guarda dobrou de tamanho na última década, representando um desafio para os países envolvidos em contenciosos territoriais na periferia do território chinês, tendo em vista sua ampla militarização com base na abertura dada pela lei. A guarda realiza operações vistas como desafios ao direito internacional marítimo pelos países envolvidos, como uso da força contra outras embarcações e o emprego de navios e armamentos de nível militar (Chen, 2024; Hille, 2024).

poderia afirmar que está apenas consagrando seus direitos. A quarentena poderia acontecer sem que o governo chinês tomasse o controle sobre a população taiwanesa, permitindo que as pessoas seguissem suas vidas – pelo menos por algum tempo, já que controlaria quem entra e sai da ilha.

O segundo argumento para justificar a quarentena seria dizer que Pequim foi forçada a responder à intensificação das relações entre Estados Unidos e Taiwan, como a realização de iniciativas de defesa e vendas de armas em prol da reconfiguração das forças taiwanesas, de forma a ameaçar as forças de defesa chinesas e seu comércio. Assim, a quarentena serviria aos objetivos chineses de impedir a desestabilização e a entrada de armas ameaçadoras em “seu” território. Os autores compararam um cenário como esse à Crise dos Mísseis de Cuba (1962), durante a Guerra Fria, em que os Estados Unidos estabeleceram quarentena em Cuba para manter as armas soviéticas longe de um território que é próximo ao seu. Nesse cenário, a China estaria afastando armas e conselheiros de política externa ou especialistas militares de Taiwan, sem efetivamente ocupar a ilha ou realizar um bloqueio sobre a ilha (como por exemplo o corte de abastecimento de óleo e alimentos).

Por mais que o cenário apresente variações a respeito do engajamento entre as forças – nas quais a China poderia envolver suas forças aéreas e navais com as forças taiwanesas, que contestariam a quarentena, ou disparar mísseis na ilha para intimidar a população a obedecer – em nenhuma delas a China invadiria Taiwan, nem tentaria cortar seu abastecimento de recursos essenciais. Isso porque o objetivo reside em forçar Taiwan a aceitar a perda de controle, deixando-a sem transferências de equipamento militar e especialistas em política externa.

Em termos de política internacional, esse cenário coloca os outros países em uma difícil situação em que precisam decidir se irão ou não apoiar a declaração de soberania chinesa. Países como Estados Unidos ou Japão primeiro precisariam negociar suas políticas domésticas, divididas e conflituosas em torno de um desafio militar deliberado e perigoso, enquanto observariam o comportamento dos cidadãos taiwaneses e suas divisões políticas sobre os próximos passos a serem tomados. Além desses argumentos, também poderiam argumentar sobre a viabilidade de uma resposta militar, tendo em vista que a China estaria em vantagem em números e sustentação logística, contando com a ajuda de carregadores civis.

Caso os Estados Unidos quisessem abrir caminho para fazer entregas de carga de algum tipo, suas perspectivas militares seriam problemáticas. Outra opção para o país e seus aliados seria montar um contra bloqueio para interferir nos transportes para a China, tomando

vantagem de sua dificuldade geográfica marítima. A economia chinesa, na atualidade, está voltada para o oceano, mais especificamente em direção à Eurásia. Como consequência, a mesma está sujeita a vários pontos de estrangulamento, como o Estreito de Malaca e o tráfego pelos estreitos de Lombok e Makassar. Todavia, o contra bloqueio representaria um escalonamento caso a China houvesse apenas colocado Taiwan em quarentena, em vez de um bloqueio.

Para alguns especialistas, a quarentena pode não ser considerada um ato de guerra. Assim, o problema no direito internacional seria se Taiwan é ou não parte da China e se Pequim bloquearia os recursos vitais para Taiwan e seu comércio. Além disso, os países participantes do contra bloqueio estariam escalando para uma guerra se interferissem nos abastecimentos vitais ou o comércio normal da China e para ela. Seria necessário que desenvolvessem uma lista de itens dados como contrabando e esses teriam que ser negociados entre as nações envolvidas.

Um segundo problema decisivo na questão do contra bloqueio é que boa parte do comércio do leste asiático ocorre dentro da primeira cadeia de ilhas. China, Taiwan, Coreia do Sul e Japão representam as três economias mais importantes umas para as outras, considerando que são seus maiores parceiros comerciais. Portanto, o país contra bloqueador teria que estender o bloqueio para todos esses comércios, gerando graves consequências. Um terceiro ponto levantado é o fato de que o país a executar o contra bloqueio se perguntaria se todas essas medidas seriam capazes de causar rapidamente algum dano econômico sério à China. A RPC ainda poderia garantir seu acesso ao gás e petróleo por meios terrestres, sobretudo da Rússia.

Um contra bloqueio intrusivo contra a China afetaria profundamente o comércio e, por efeito, as economias do Japão, Coreia do Sul e até mesmo de Taiwan. Se os dois primeiros apoiassem ativamente um contra bloqueio, Pequim poderia tentar bloquear as rotas marítimas e o comércio vital desses países. Ou seja, Japão e Coreia do Sul são mais vulneráveis a um bloqueio do que a própria China e Taiwan é o mais vulnerável entre todos.

Os autores apontam que esse cenário, na visão de um planejador chinês, poderia oferecer riscos administráveis e altas recompensas. Pequim poderia demonstrar soberania de forma significativa e ganharia o benefício militar de bloquear a modernização militar das defesas de Taiwan, possivelmente permanentemente e com efeitos imagináveis sobre a política doméstica taiwanesa no longo prazo.

3.1.4 A China Invade Taiwan

O terceiro cenário produzido pelo *Council on Foreign Relations* (Blackwill; Zelikow, 2021, p. 38-40), apresenta duas possíveis formas com que uma invasão a Taiwan poderia ser operacionalizada. A primeira seria um ataque anfíbio, auxiliada por uma armada de navios e com o desembarque em cerca de uma dúzia de praias do lado norte e oeste de Taiwan, que já estaria com suas defesas preparadas. Essa abordagem poderia ser combinada com a segunda possibilidade de execução de uma invasão apresentada pelo cenário. Segundo os autores, uma outra abordagem se basearia na captura aerotransportada/helitransportada e operações especiais.

A segunda abordagem pode ser comparada ao ataque alemão à Creta, em maio de 1941, ou à Noruega em abril de 1940. No ataque à Creta, embora não tenha tomado o controle do domínio marítimo, os alemães estabeleceram o controle aéreo, o que permitiu dificultar a operação dos navios britânicos. A situação também remete ao ataque aéreo e marítimo do Reino Unido às Ilhas Malvinas, em 1982. Essa abordagem tentaria fazer o governo de Taiwan capitular rapidamente, ocupar as instalações vitais e terminar a guerra brevemente com a captura e o pouso de forças em áreas contestadas.

Analistas militares apontam que esses tipos de abordagens podem ser arriscadas e difíceis. Nessa situação, os taiwaneses teriam algumas vantagens inerentes e os agressores conseguiriam desembarcar apenas uma pequena parte de suas forças em um ataque inicial. Taiwan deve estar apta a acumular uma grande quantidade de forças nas proximidades do ataque, a menos que essas forças estejam vulneráveis a serem desviadas e paralisadas pelo atacante. A China, então, precisaria apoiar as forças em terra, fornecendo os suprimentos necessários para manter uma operação militar moderna. Além disso, o clima no Estreito de Taiwan pode representar um desafio para operações complexas e o terreno taiwanês não é propício para um ataque anfíbio.

Outra vantagem inicial para Taipé é que na última década mísseis e sensores têm alcançado um alto nível de precisão a um custo relativamente baixo. Um defensor com uma quantidade suficiente dessas tecnologias poderia utilizar mísseis mais baratos para destruir grandes alvos que se aproximasse, como navios e aeronaves caras. Com uma defesa bem estabelecida, esse conflito poderia acabar criando uma terra de ninguém por grande parte do conflito. Entretanto, Taiwan não possui nem a prontidão (quantidade de forças disponíveis) necessária para executar uma defesa como essa, nem a determinação, visto que suas forças

são totalmente compostas por alistamento voluntário. Ou seja, Taiwan conta com poucos homens, mal treinados e equipados, sobretudo nas forças de reserva. Além disso, Taipé depende de um pequeno número de aeronaves e navios de guerra caros e simbólicos, ainda não configurados nas forças altamente capazes do século XXI. Quanto às alianças, as forças estadunidenses na região ainda não estão totalmente implementadas e as forças japonesas não são relevantes. Mesmo as autoridades taiwanesas questionam o comprometimento dos Estados Unidos com Formosa.

Com o lançamento de um programa de aumento dos gastos de defesa lançado por Taiwan em 2019, com ênfase em capacidades assimétricas, Taipé vem buscando construir forças mais independentes. Embora os especialistas acreditem que o programa levará anos para se concretizar, mudanças advindas dele passam a ser percebidas pela China, que também tem avançado. Ou seja, Pequim observa uma mudança na dinâmica de desenvolvimento militar no Estreito desvantajosa para ela e percebe que existe uma “janela de vantagem” a ser aproveitada.

Para os autores, mesmo se Taiwan fosse capaz de se defender de forma bem sucedida, e a invasão se transformasse em um cerco, por quanto tempo seriam capazes de resistir até esgotarem os mísseis ainda seria uma questão. O objetivo operacional de Taipé, contudo, não é derrotar um cerco prolongado ou uma invasão, mas ter forças visivelmente prontas e dispostas a deter ou derrotar um *fait accompli* chinês antes que suas forças sejam derrotadas e mais taiwaneses possam se mobilizar e outros atores optem por se juntar à luta. Esse é um objetivo defensivo teoricamente alcançável, principalmente se as defesas aéreas taiwanesas forem descentralizadas e fortes. Todavia, os autores duvidam que essa seja a realidade.

Para um analista chinês, o cenário pode parecer conter altos riscos, mas com recompensas duradouras que incluem uma resolução definitiva da questão da soberania de Taiwan.

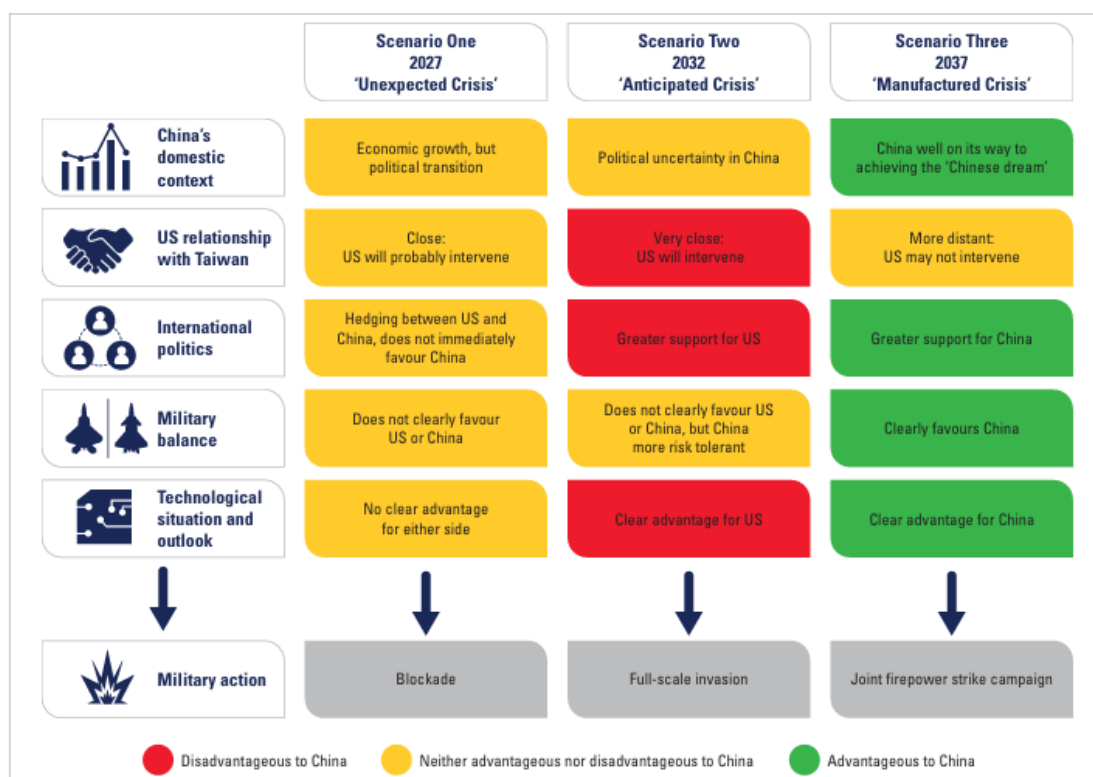
3.2 A falha da Dissuasão através do Estreito (*International Institute for Strategic Studies*)

O documento “A Falha da Dissuasão em um conflito através do estreito: o papel das alianças, equilíbrio militar e tecnologias emergentes” (Boyd; Gady; Nouwens, 2023) é fruto de um workshop de cenários feito por três pesquisadores especialistas. Os três cenários da *Think Tank* britânica *International Institute for Strategic Studies* (IISS) surgem da necessidade

de compreender em que circunstâncias o exército chinês implementaria uma medida militar em larga escala contra Taiwan.

Assim, buscando esclarecer os fatores que podem contribuir ou dissuadir uma decisão como essa, foram propostos três cenários hipotéticos que aconteceriam respectivamente em 2027, 2032 e 2037 (Boyd; Gady; Nouwens, 2023). Os cenários demonstram Pequim optando pelo uso da força em diferentes condições, políticas domésticas e internacionais (como pode ser visto na figura abaixo), focando em três variáveis principais: a força e natureza da aliança entre Estados Unidos e atores regionais ou extra-regionais; o equilíbrio das forças convencionais entre China e Estados Unidos e Taiwan; e o resultado de investimentos em tecnologia por ambas as potências. Segundo os autores, a justificativa para a escolha das variáveis se dá pela possibilidade das mesmas serem diretamente influenciadas por decisões políticas estadunidenses (Boyd; Gady; Nouwens, 2023).

Figura 4 - Visão geral dos cenários - variáveis de acordo com a perspectiva de Pequim



Fonte: Boyd, Gady e Nouwens, 2023.

É importante ressaltar que o relatório compreende a dissuasão não apenas como a elevação dos custos de um ataque para o agressor, mas principalmente como a manipulação

do pensamento de um possível agressor. Reconhece também que ações tomadas para reforçar a dissuasão podem ser inúteis ou até mesmo enfraquecer a dissuasão diante da percepção do oponente (Boyd; Gady; Nouwens, 2023).

Assim, nas próximas subseções serão feitas as descrições dos cenários fornecidos pelo documento em questão, para que adiante seja analisada a falha da dissuasão.

3.2.1 Cenário 1: Uma crise inesperada em 2027

No primeiro cenário proposto pelo documento do IISS (Boyd; Gady; Nouwens, 2023, p. 5- 9), em 2027, a China passa por um momento de transição política entre o terceiro e o quarto mandato de Xi Jinping como presidente, secretário geral do PCCh e presidente da Comissão Militar Central (CMC). Economicamente, o país se recuperou da política de Dinâmica de Covid Zero e está focado em aumentar seu crescimento. Considerando que é o último mandato de Xi, é provável que seu objetivo seja entregar um ‘milagre econômico’, enquanto o partido opta por medidas não militares para incentivar a reunificação com Taiwan.

Nos Estados Unidos, o Partido Democrático — que venceu as eleições de 2024 e substituiu Joe Biden por um(a) democrata similar e mais jovem — mantém a postura de ambiguidade estratégica em relação a Taiwan e o compromisso de defendê-la em caso de ataque. A economia estadunidense ainda é maior que a chinesa, ainda que por pouco, e os sentimentos contrários à potência asiática são dominantes e bipartidários no país. Em Taiwan, o Partido Democrático Progressivo (PDP) se mantém no poder com um sucessor politicamente parecido com Tsai Ing-wen. Em 2027, apesar de não ter ultrapassado os limites políticos chineses (declarado independência), Taiwan está investindo continuamente em capacidades de defesa. Todavia, o país passa por um mal estar econômico, o que permite uma reorganização do partido *Kuomintang*, que se fortalece no espaço de tempo entre 2024 e 2027 em busca do retorno ao poder.

Na política internacional, países da região Indo-Pacífica e europeia estudam seus palpites entre China e Estados Unidos, ainda sem escolher lados de forma definitiva. Contudo, países do Indo-Pacífico acreditam que nos próximos 20 anos a China deve superar a supremacia econômica estadunidense. A China, por sua vez, trabalha para reconstruir seus laços com países próximos ao seu território. Com a guerra da Ucrânia finalizada, países europeus retornam seus focos e recursos para o Indo-Pacífico e em 2027 um grupo de porta-aviões de ataque franco-britânico inicia suas operações na região, incluindo uma

operação conjunta com o Japão, e visitam portos no sul e sudeste asiático. Enquanto isso, a cooperação em Defesa entre Japão e Austrália se mantém forte e avançada e o movimento *Make America Great Again* ganha força mais uma vez nos EUA, preocupando os aliados europeus.

Militarmente, os três principais atores se mantêm modernizados. China e Estados Unidos continuam em equilíbrio, sem evidências claras de que um possa ter superado o outro. Todavia, o Exército de Libertação Popular (ELP), da China, acredita estar atrasado em termos de experiência em capacidades chaves e pretende corrigir isso entre 2027 e 2035. Taiwan continua a conciliar quantidade e qualidade de seus programas de recapitalização, enquanto existem questões sobre o treinamento e equipamento de suas forças de reserva e desafios de financiamento militar, o que revela que Taiwan ainda não conseguiu aumentar seus estoques de capacidades.

Em termos de tecnologia, os EUA continuam ocupando o posto de pioneiro em capacidade de desenvolver e operacionalizar tecnologias militares emergentes, com as armas hipersônicas mais avançadas e capacidades cibernéticas. O ELP, a essa altura, investiu em capacidades assimétricas combinadas com tecnologias já possuídas, tecnologias emergentes e sistemas comercialmente disponíveis e mais baratos. Optou-se por atualizar minas marítimas já existentes, a fim de criar campos de minas semiautônomos, bem como investir em capacidades eletrônicas terrestres com fins de impossibilitar a comunicação entre EUA e Japão ao longo da Primeira Cadeia de Ilhas.

Tendo em vista uma maior dependência do espaço por parte dos Estados Unidos, o ELP desenvolveu tecnologias antissatélites capazes de negar o uso do espaço ao país e até mesmo à própria China, no pior dos casos. Operações estadunidenses em todos os domínios e sistemas de destruição chineses ainda são algo a ser alcançado em termos de operacionalização. Para Pequim, Washington não atacaria o território continental chinês, seja de forma cinética ou não cinética²⁵. Outrossim, a China acredita que Taiwan está se organizando em prol de implementar mísseis de longo alcance, mesmo sem provas de que isso seja real.

Nesse contexto, inicia-se a ação militar prevista pelo documento. Conduzindo seu exercício de defesa anual, Han Kuang, em junho de 2027, Taiwan recebe uma resposta por parte do ELP. Pequim implementa forças aéreas e navais em larga escala numa demonstração

²⁵ Na linguagem militar estadunidense, “cinético” costuma se referir ao uso de armas tradicionais explosivas (como os mísseis), enquanto “não cinético” vem a ser o uso de capacidades eletrônicas, cibernéticas, entre outras (Pomerleau, 2024).

de força, a fim de enfatizar a superioridade militar chinesa. O exercício também se dá em vista do 21º Congresso do Partido Nacional. Em meio a essa demonstração de força, um dos porta-aviões chineses, o *Fujian*, sofre uma série de explosões e afunda com a maior parte de sua tripulação. Os sobreviventes, então, fornecem testemunhos conflituosos que sugerem desde ataques externos de mísseis antinavio taiwaneses, intencionais ou não, a explosões internas.

Enquanto as entidades chinesas averiguam a verdadeira sequência de fatos, nas mídias sociais do país a versão que culpa Taiwan pelo ocorrido domina a opinião pública, que passa a pressionar o governo por uma retaliação. Em conjunto com o Comitê Permanente do Politburo, Xi Jinping chega à conclusão de que falhar em responder às baixas chinesas — principalmente por serem membros do ELP — seria uma ameaça de desestabilização ao PCCh e ao legado do presidente. Diante disso, Xi ordena que o ELP inicie um bloqueio aéreo e naval à ilha principal de Taiwan, entendendo que a pressão gerada irá forçar Taipé a assumir a responsabilidade pelo acontecido sem arriscar o escalonamento da crise. Caso essas medidas não alcancem o resultado desejado, o ELP é instruído a preparar uma série de ataques punitivos com mísseis contra alvos militares taiwaneses.

Dada a incerteza sobre os eventos e sobre os objetivos de Pequim, os Estados Unidos e governos europeus com forças na região precisam decidir como responder à situação. Washington rapidamente reforçou suas forças na região a fim de dissuadir qualquer iniciativa que escale a situação. Contudo, são aconselhados por seus aliados e parceiros de que qualquer atividade militar na região tende a estimular, muito mais do que dissuadir o escalonamento.

Quanto às alianças, os resultados obtidos pelo workshop apontam que uma variável chave a ser considerada neste cenário é o fato de que a relação entre os EUA e seus aliados não está deteriorada, assim como também não evoluiu significativamente. De todo modo, o retorno da presença europeia no Indo-Pacífico representa um desafio para Pequim. A percepção da potência asiática sobre o status quo da estrutura de alianças estadunidenses, e uma potencial intervenção por parte deles, é de que os mesmos permanecem sendo uma restrição para dar prosseguimento a uma ação militar que force a reunificação.

Apesar de não ter clareza sobre a responsabilidade pelo afundamento do navio *Fujian*, o PCCh decide reagir para que sua legitimidade não seja enfraquecida. Contudo, diante da percepção de que os status das alianças estadunidenses e as parcerias na região não a favorecem, a China opta por respostas não cinéticas enquanto promove internacionalmente uma narrativa que busca apoio para a sua decisão pelo bloqueio militar, algo já esperado por

Taiwan. As reações de países europeus, Japão e Estados Unidos seriam variáveis. A reação estadunidense poderia ir desde campanhas informacionais e negociações diplomáticas à preparação de forças — próprias e de seus aliados — caso Pequim não “desescale” a crise. Além disso, assim como o Japão e a Austrália, o país implementaria um regime de sanções e de controle de exportações contra o PCCh

Outrossim, se por um lado os participantes viam os Estados Unidos e o Japão se unindo para chegar a um acordo político com Pequim para findar o bloqueio ou por uma ação militar com o mesmo fim, também duvidaram que aliados europeus e do sudeste asiático, entre outros, se envolveriam na situação. Isso pois o criticismo por parte da China sobre esses aliados faria com que qualquer ação por parte deles fosse vista como apoio aos Estados Unidos, em uma ação em prol de Taiwan. Países da região optaram pela neutralidade, exceto pelas Filipinas e Singapura que acabariam em posições difíceis caso a potência norte-americana requisitasse apoio.

O cenário também chega à conclusão de que a “atribuição” é importante em casos de crises acidentais, pois influenciam diretamente no papel das alianças dos envolvidos na situação. No caso de Taiwan ser considerado culpado, países aliados poderiam ter ainda mais motivos para hesitar em apoiar, exceto pelo Japão e os Estados Unidos.

Em termos de equilíbrio militar convencional, observou-se que apenas de ter progredido em sua modernização militar, é improvável que o ELP tenha feito mudanças significativas para apresentar uma postura mais confiante; além disso, as mudanças alcançadas ainda não terão sido implementadas em seus conceitos e doutrinas. Qualquer bloqueio por parte da China, nesta altura, precisaria das capacidades que as forças já possuíam em 2022, bem como de forças paramilitares como Guarda Costeira da China (GCC). Apesar disso, nesse cenário, Pequim acredita que apenas uma reação militar é capaz de esclarecer o contencioso, sem intenções de escalar a situação. O objetivo, então, seria obter um ganho político de curto prazo.

Para desescalar a situação, seria possível formar um consenso político de que Taiwan aceitaria a culpa pelo ocorrido ou, em outro caso, poder-se-ia optar por escalar como meio para desescalar. Isso poderia ser feito pelos Estados Unidos ou por seus aliados em uma tentativa de se contrapor ao ELP ou a GCC, todavia, isso poderia levar ao escalonamento da crise. No entanto, seria mais provável que a China recuasse diante de tal iniciativa, considerando seu objetivo de obter apenas um breve ganho político a partir da situação.

3.2.2 Cenário 2: A Crise Antecipada em 2032

No segundo cenário proposto pelo IISS (Boyd; Gady; Nouwens, 2023, p. 10-13), em 2032, Pequim antecipa uma crise no estreito. Chegando ao fim do quarto mandato de Xi Jinping – que presumidamente será seu último – a perspectiva da primeira grande transferência de poder dentro do PCCh, nesta geração, é concomitante a um aumento da volatilidade da política doméstica do país. A retórica nacionalista cresce à medida que novas personalidades buscam fortalecer o *establishment* de direita e, apesar da posição de Xi Jinping não estar ameaçada, seu desempenho em entregar o “Sonho Chinês”²⁶ tem sido insatisfatório. Buscando consolidar seu legado, Xi assume uma postura agressiva contra qualquer eventual oposição, seja doméstica ou externa, ao passo que o tempo se esgota e Taiwan continua a ser um problema, mas com uma potencial última oportunidade significativa de conquista.

Nos Estados Unidos, o sentimento contrário à China tornou-se um consenso político defendido em ambos os partidos principais. Além disso, Washington optou por abandonar a Ambiguidade Estratégica e passou a explorar uma relação política e militar mais próxima a Taiwan. “Enfrentar” a China tornou-se um fator decisivo para os aspirantes a políticos nacionais e o principal concorrente para a presidência em 2032 propôs uma aliança formal e um acordo base com Taipé.

Em Taiwan, após uma série de performances eleitorais fracas e o crescimento da impopularidade de Pequim, o Partido *Kuomintang* distanciou-se das políticas de acomodação para com a China. As tentativas chinesas de fomentar um partido pró-Pequim em Formosa foram fracassadas, tendo em vista que a performance da persona sensacionalista e extrovertida à frente do partido se tornou cômica. Ainda, o partido foi publicamente exposto pela disseminação de desinformações produzidas pelo PCCh, e dois conselheiros seniores foram considerados culpados por aceitar financiamentos que excediam a Lei de Doações Políticas de Taiwan.

Na política internacional, Pequim transpõe uma crescente intenção de usar o ELP para apoiar seus interesses, o que fica notável em uma campanha aérea punitiva contra o Vietnã em 2024, após vários navios pescadores chineses serem afundados em águas vietnamitas. Com isso, países do Sudeste Asiático – incluindo a Malásia, Filipinas e Vietnã – passaram a temer punições desse tipo e optaram por estreitar laços com Washington, ao

²⁶O “Sonho Chinês” é o slogan do governo de Xi Jinping e se refere à aspiração coletiva pelo rejuvenescimento da nação chinesa, o que pode ser entendido pelo mundo ocidental como a estratégia de desenvolvimento pacífico da China (Das, 2016).

perceber que os benefícios da segurança coletiva contrabalanceariam os riscos de provocações.

Outro fator existente é a hostilidade do sentimento público a respeito da China na Coreia do Sul (KOR), em razão do fornecimento clandestino de armas a Pyongyang e da prisão arbitrária de um músico sul-coreano em Shanghai, que levaram a abordagens mais cautelosas ou independentes em relação à China. Além disso, Austrália, Japão e Índia – membros do *Quad* – adotaram políticas mais estreitas de cooperação formal contra a China e Pequim suspeita que esses estados tenham feito promessas secretas de apoio militar a Taiwan e aos Estados Unidos em caso de um ataque à ilha.

Quanto ao equilíbrio militar, os EUA aumentaram a amplitude e profundidade de suas forças avançadas no Pacífico Ocidental, com a implementação de uma ala de aviões de caça adicionais nas Filipinas e unidades de mísseis terrestres de médio e longo alcance implantadas no Japão, Guam, Coreia do Sul e Filipinas. Unidades adicionais da Marinha dos EUA foram enviadas ao Pacífico, aumentando o tamanho das forças avançadas da 7ª Frota, força naval que costuma operar em conjunto com Marinhas parceiras da região. Desse modo, com maior confiança sobre o apoio militar estadunidense, Taiwan concentrou seus esforços de defesa em capacidades assimétricas voltadas a ganhar tempo para que receba ajuda externa.

De forma responsiva a uma crescente hostilidade no ambiente externo, o ELP passou a preparar-se para uma possível ação militar contra Taiwan. Os exercícios anuais de 2030 e 2031 passaram a ser usados para encobrir o aumento da acumulação de suprimentos e equipamentos em locais avançados. Adicionalmente, a Força Aérea do Exército de Libertação Popular (FAELP) conquistou um inventário substancial de aeronaves de combate de baixa-observação e de mísseis ar-ar de longo alcance, assim como o bombardeiro Xian H-20, que está disponível para uso pelo FAELP. Ao início de 2032, os comandantes do ELP são instruídos a garantir que suas unidades contem com um alto nível de prontidão para o caso de potenciais provocações no período antecessor às eleições presidenciais dos Estados Unidos e de Taiwan e do Congresso Nacional do PCCh.

Sob pressão para apoiar a narrativa criada por Pequim, as estatísticas oficiais mantêm-se apresentando números sólidos sobre a economia e progresso tecnológico chineses. Todavia, os números reais mostram uma realidade distinta que preocupa aos membros seniores do PCCh e geram dúvidas quanto às capacidades das políticas do país em acompanhar os Estados Unidos e seus aliados no médio e longo-prazo. Outro fator é o fato de que os esforços para a pesquisa e o desenvolvimento de inteligências artificiais não

progrediram como divulgado e diversas figuras-chave, parte da iniciativa, foram pegas em “campanhas anticorrupção” – que mais parecem expurgos de oponentes políticos de Xi Jinping – e outros deixaram o país silenciosamente.

Por efeito da junção desses fatores, o ELP passou a preocupar-se com a possibilidade de que até a metade do século os EUA possam tomar uma grande vantagem em termos de inteligência tecnológica. O receio seria que a China ficasse novamente em uma posição de inferioridade técnico-militar. De fato, os Estados Unidos fizeram grandes progressos tecnológicos, sobretudo no campo dos sistemas autônomos e semiautônomos não tripulados, tanto aéreos quanto marítimos, como adição aos sistemas de domínio aéreo de nova geração da Marinha e da Força Aérea estadunidenses.

Nesse contexto, inicia-se a ação militar proposta pelo cenário. Os membros restantes do Comitê Permanente do Politburo, sob pressão imposta por Xi Jinping, concordam que o tempo está se esgotando e que a reunificação deve ser “agora ou nunca”. Embora as condições do momento tornem uma invasão a Taiwan arriscada, os líderes chegam à conclusão de que não há outra opção plausível para Pequim e que a possibilidade do estabelecimento de forças militares estadunidenses permanentes em Taiwan devem ser antecipadas.

Em maio de 2032, o ELP dá início a ataques cibernéticos, aéreos e de mísseis em vários alvos em Taiwan e em bases estadunidenses na Austrália, Guam, Havaí, Japão, Filipinas e Coreia do Sul. Os ataques têm foco em capacidades de combate aéreo, logísticas e de Comando e Controle (C2), tendo em vista o objetivo do ELP de criar condições para uma operação rápida de pouso aéreo e anfíbio perto de Taipé. Além disso, um submarino chinês lança um ataque com mísseis de cruzeiro contra instalações de apoio na costa oeste dos Estados Unidos, visando atrasar o envio de reforços para a 7ª Frota. As respostas internacionais ao uso da força sem provocação são fortemente negativas e os EUA passam a mobilizar uma ampla coalizão para sancionar a China economicamente, enquanto se apressa para enviar forças adicionais e aliadas para o Pacífico Ocidental para prevenir um *fait accompli* por parte da China.

Apresentando os resultados obtidos sobre as alianças como variável analisada a partir do cenário, os autores duvidam que muitos dos países da região nordeste e sudeste da Ásia fariam alianças mais estreitas com os EUA contra a China, mesmo sob as condições apresentadas no cenário. A posição da Coreia do Sul seria determinada pelo partido político no governo no momento, sendo mais provável que mantenha seu foco na ameaça da Coreia do Norte do que em intervir em Taiwan. A perspectiva de forças ofensivas estadunidenses

adicionais sendo estabelecidas na Coreia do Sul também é improvável, visto que estas já foram alvos preventivos da China e poderiam voltar a ser. O mais provável seria que Seul buscasse expandir seus próprios sistemas de mísseis, caso percebesse a necessidade de uma maior capacidade de ataques de longo alcance. Os estados do sudeste asiático, por sua vez, foram vistos como tão propensos a se unirem à China quanto contra ela.

Os autores também avaliaram o valor de uma estratégia mais forte e menos ambígua dos Estados Unidos para Taiwan. Apesar de ter demonstrado dar grande importância à ilha com a estratégia atual e de certa forma controlado provocações, a estratégia também é vista como uma inibidora da habilidade taiwanesa de concentrar seus recursos, de fato, em objetivos críticos de transformação de defesa. Apesar disso, não ficam claros os limites da China a respeito de uma estratégia mais próxima entre esses dois atores, pois a própria estratégia de Pequim a respeito disso é intencionalmente ambígua.

De forma geral, o impacto dessas alianças no processo de tomada de decisão da RPC foi visto como relativamente pequeno, mesmo quando a situação parecia favorecer Taiwan e os Estados Unidos. Isso devido ao cálculo feito pela China já considerar intervenções de potências-chave, como EUA e Japão, como parte do custo a ser tomado pelo sucesso de suas ações. Além de que intervenções por outros atores de forma ativa foram vistas como improváveis, contribuindo com o fornecimento de pouca capacidade militar nos estágios iniciais.

Quanto ao equilíbrio militar convencional, foi sugerido que o PCCh se manteria cauteloso e dominado pelo instinto de sobrevivência do partido, em contraste com as exigências de Xi Jinping. A abordagem da China quanto a ação militar provavelmente iria progredir de um bloqueio para uma campanha de ataque, com uma campanha utilizando mísseis e ataques aéreos em alvos políticos, econômicos e militares em Formosa, para então realizar uma invasão, se necessário. É possível que sejam deixados pontos de inflexão entre a evolução dessas opções a fim de permitir uma terminação bem sucedida das hostilidades e de manter o foco geral, que provavelmente seria conter o conflito com Taiwan e com o mínimo de envolvimento externo.

Os especialistas apoiaram a suposição inicial de que um avanço militar significativo por parte do ELP é improvável até 2032, continuando em desvantagem em áreas importantes. Todavia, considerando as melhorias e desenvolvimentos anteriores nas capacidades taiwaneses e estadunidenses, o potencial chinês de realizar uma invasão bem sucedida estaria em seu auge por volta de 2030, apesar de ainda conter um alto risco. Dada a necessidade de

utilização de pequenas tropas em pontos estratégicos em Taiwan, o ELP poderia acabar dependendo mais de suas capacidades aéreas do que de uma operação anfíbia para o sucesso. O fato de que algumas capacidades chinesas ainda estão em progresso não deixa claro se o ELP seria mais capaz de conduzir operações bem sucedidas desse tipo ou anfíbias.

Caso o ELP veja um bloqueio e um ataque com poder de fogo bem sucedidos como precursores fundamentais para uma invasão, além de serem operações decisivas por si só, parece provável para os autores que qualquer decisão de empreender uma ação militar de larga escala contra Taiwan se basearia tanto – ou mais – no nível de confiança da China em suas próprias capacidades quanto em sua prontidão percebida para uma invasão em si. As medidas tomadas para negar vantagens ao ELP, tanto no bloqueio quanto no ataque, podem deter Pequim de dar continuidade às operações cinéticas. Por outro lado, as medidas tomadas para negar o sucesso de uma invasão, especificamente, falhariam em impedir os primeiros passos de um encadeamento do planejamento de guerra.

Considerando que o as informações sobre pesquisa e desenvolvimento de um adversário costumam ser parciais e incompletas, as percepções de vantagens relativas nesse cenário são, na verdade, enganos e mal calculadas, levando a percepções muito otimistas ou pessimistas. Essa tendência poderia ser alimentada pelo fluxo de informações internas na China sobre seu próprio progresso.

3.2.3 Cenário 3: A Crise Manufaturada em 2037

No terceiro e último cenário proposto pelo IISS (Boyd; Gady; Nouwens, 2023, p. 14 - 18), em 2037, Xi Jinping renuncia ao seu cargo como presidente do PCCh e do CMC e uma nova liderança assume seu lugar. O “sonho chinês” está quase completo e diante da popularidade de Xi é provável que ele continue exercendo influência sobre as instituições. Seu apoio e endosso são essenciais para o progresso da nova geração de políticos, embora ameace dificultar o desenvolvimento de suas próprias bases de poder e clientelismo. O sucessor imediato de Xi precisa construir-se sobre seu legado, mas também precisa deixar sua própria marca. Assim, a questão não resolvida em Taiwan se torna sua oportunidade óbvia de fazer isso e, nesta altura, isso seria feito com a China em uma posição de força.

Quanto às relações entre Taiwan e os Estados Unidos, em 2037 um presidente democrata da ala esquerdista assume a liderança dos EUA, com foco em economia doméstica e problemas sociais. Com Xi fora do cenário, a liderança busca uma relação mais construtiva

com a China, a fim de reviver a economia mundial em decadência, visto que a economia do país cai para terceira posição em Poder de Paridade de Compra (PPC) (atrás da China e da Índia). Os analistas mais agressivos continuam alertando para o risco de uma ação militar chinesa, enquanto os conselheiros mais próximos do presidente dos Estados Unidos veem a linguagem e as políticas de confronto de administrações anteriores, bem como seus altos gastos em defesa, como tendo falhado em sustentar os interesses e o poder dos EUA.

Percebendo os Estados Unidos como um parceiro não tão confiável, Taiwan também busca se aproximar da nova liderança chinesa. Visto que os cidadãos taiwaneses aprovam a melhoria econômica consequente da aproximação, mas não o domínio chinês sobre a ilha, Taipé precisa equilibrar-se entre Pequim e sua identidade e independência.

Na política Internacional, Washington percebe ter exagerado no Indo-Pacífico na década de 2020, falhando em oferecer oportunidades econômicas para a região e levando países à alienação aos Estados Unidos. Além disso, uma reação pública de sentimento anti-estadunidense cresce na região com o apoio de políticos populistas locais e com a rejeição às tentativas dos EUA de expandir o acesso às bases no Japão e estabelecer novas nas Filipinas. Como resultado, as forças estadunidenses estão impedidas de acessar o território Filipino e há uma diminuição nas operações militares conjuntas entre EUA e Japão.

Em contrapartida, os números chineses cresceram e a economia da região, sobretudo do sudeste da Ásia, se tornou mais interligada e dependente da potência asiática. Uma convicção de que a ascensão global e regional da China é inevitável cresce na região, e cada país terá que se acomodar junto a Pequim a seu modo. A Índia, por sua vez, em seu caminho para se tornar a segunda maior economia do mundo, tem assumido um papel mais ativo e tomado medidas mais independentes – menos colaborativas com os EUA – em busca de sua própria esfera de influência regional.

Quanto ao equilíbrio militar, o ELP adotou e operacionalizou oficialmente a guerra de destruição de sistemas (SDW) como sua principal abordagem em um confronto militar com Taiwan e EUA. Adicionalmente, Pequim alcançou a confiança sobre a sua estratégia de compensação tecnológica – a qual busca explorar a vantagem assimétrica chinesa de já estar no teatro de operações – e desenvolveu capacidades assimétricas e conceitos operacionais correspondentes para paralisar a tomada de decisões dos Estados Unidos. O sucesso dessa estratégia é capaz de desintegrar totalmente as operações conjuntas estadunidenses em todos os domínios, ao passo que realizam um rápido golpe de estado em Taiwan. Além disso, os exercícios da Marinha e Força Aérea chinesas em torno de Taiwan cresceram em número e

complexidade e o ELP realiza, anualmente, simulações de invasão à ilha por meio de exercícios de guerra anfíbia em larga escala.

Contrariamente, os Estados Unidos têm sido incapazes de melhorar substancialmente a sua postura de força no oeste do Pacífico, resultado da oposição política regional a novos acordos. Custos excessivos e problemas tecnológicos também serviram como atrasos para vários programas de equipamentos, sobretudo no sistema de domínio aéreo de nova geração. Somando isso à crescente vulnerabilidade de suas ferramentas de reabastecimento e logística ar-ar, observou-se uma mudança das forças de curto alcance da linha de frente do planejamento estadunidense para a guerra. Sistemas de reconhecimento e ataque de longo alcance com capacidade de sobrevivência, incluindo o bombardeiro B-21 e submarinos da classe Virgínia, passaram a receber uma maior ênfase. Além disso, os comandantes estadunidenses do Indo-Pacífico esperam que, mesmo que o ELP seja capaz de alcançar o domínio aéreo, a ameaça representada por esses sistemas de longo alcance para o transporte anfíbio seja suficiente para impedir uma invasão real da ilha principal taiwanesa.

A respeito da situação e perspectivas tecnológicas no estreito, para Pequim, o ELP assume uma posição de liderança ou paridade tecnológica nas áreas-chave que permitem uma campanha de ataque conjunto com poder de fogo. Tais áreas incluem: operações cibernéticas por meio de inteligência artificial (IA) – para ações ofensivas e defensivas; Comando e Controle (C2) habilitado por IA; veículos aéreos, de superfície e subterrâneos não tripulados e munições guiadas de precisão hipersônicas. O objetivo principal da operacionalização dessas capacidades tecnológicas emergentes é acelerar o ritmo das operações chinesas no início de um conflito.

Quanto à ação militar retratada pelo cenário, diante do contexto apresentado, o ELP lança um ataque massivo com poder de fogo em uma operação multidomínio, com finalidade a de pressionar Taiwan a render-se sem uma luta séria, acreditando que os EUA não interviriam devido ao seu foco doméstico ou que o faria de forma inefetiva. O plano de ataque conjunto enfatiza a velocidade, precisão e o poder de fogo avassalador sobre Taiwan. Ele se inicia com uma campanha de dominação informacional que envolve guerra eletrônica e cibernética para desabilitar a infraestrutura de informações críticas entre civis e militares taiwaneses. Essa campanha de dominação informacional é seguida por uma rápida sucessão de ataques aéreos e de mísseis, incluindo mísseis hipersônicos que desativem alvos de alto valor para Taiwan. As defesas taiwanesas, por sua vez, estão paralisadas e os Estados Unidos

falham em reagir a tempo para prevenir a capitulação de Taiwan, então, quando o governo taiwanês admite derrota, uma força de ocupação do ELP desembarca na ilha.

Os resultados retirados pelos especialistas sobre as alianças mostram que a maior descoberta do workshop é que o cenário muda muitas das suposições sobre alianças por parte do Departamento de Defesa dos EUA. A ideia de que os Estados Unidos dariam apoio persistente aos seus aliados e parceiros regionais é negada e, dado que não há mais acesso às bases, também não é capaz de evitar um ataque da China sobre Taiwan. Isso gera algumas implicações para o conceito operacional e a postura e estrutura de força estadunidenses no final da década de 2030.

A primeira delas é que qualquer conceito operacional futuro precisaria revisar os planos de uso de forças substitutas na Primeira Cadeia de Ilhas, pois seria difícil implantar forças levemente armadas em regiões contestadas. Num segundo momento, a estrutura de força precisaria de menos foco em capacidades de força não tripuladas e maior foco em *stand-off* e capacidades antinavio e antiaéreas de longo alcance. Por último, a postura de força dos EUA passaria de forças substitutas com capacidade de sobrevivência na Primeira Cadeia de Ilhas, para uma postura mais dispersa e dura na Segunda Cadeia de Ilhas – com maior uso de bases próprias, dependência da pátria estadunidense e capacidade de ataque global.

Em termos de equilíbrio militar convencional, o equilíbrio mudou em favor da China, mas a possível neutralização dessa vantagem nos próximos 15 anos não deve ser descartada. O enfraquecimento das alianças estadunidenses na região e a provável operacionalização bem sucedida da teoria chinesa da guerra de destruição de sistemas, ou Operações Conjuntas Integradas, são as razões para a mudança no equilíbrio militar. O sucesso da estratégia chinesa, bem como a operacionalização da estratégia estadunidense de Operações Conjuntas em Todos os Domínios (JADO), correspondente à SDW, geram novas necessidades de mudanças e inovações em ambos os lados da balança.

Quanto às tecnologias emergentes, a inteligência artificial e a tecnologia quântica são as mais prováveis de gerarem impactos em combate na década de 2030. A proliferação de armas relativamente baratas e autônomas, principalmente dos veículos aéreos não-tripulados (VANTs) e os veículos submarinos não-tripulados (UUVs), podem anular as vantagens existentes atualmente. O uso de sensoriamento quântico emparelhado com IA deve diminuir a dependência do domínio espacial, que se tornará essencialmente defensivo, e as empresas privadas devem assumir um importante papel na implementação de novas tecnologias espaciais. Além disso, ressalta-se o uso de IA para fins de capacidades não cinéticas, como as

operações cibernéticas defensivas e ofensivas, sendo esta última a mais relevante. Isso porque o uso de capacidades cibernéticas ofensivas, com fins de desestabilização do oponente, poderia ter consequências não intencionais para a infraestrutura crítica de informações no Leste e Sudeste Asiático e além, embora a China, como líder tecnológico e força dominante na região, provavelmente tentasse atenuar os efeitos colaterais negativos da guerra.

4 O EVENTO DA FALHA DA DISSUAÇÃO

4.1 A Falha da Dissuasão no cenários do *Council on Foreign Relations*

O primeiro cenário proposto pelo *Council on Foreign Relations* (Blackwill; Zelikow, 2021, p. 32-34), “A China Invade a Periferia de Taiwan”, retrata uma situação em que a China operacionaliza uma estratégia de zona cinzenta no estreito de Taiwan como forma demonstração de suas capacidades e com o objetivo de intimidar seus governantes. Visando demonstrar sua força de forma mais enfática, bem como reforçar seu objetivo, a China decide por invadir uma das ilhas controladas por Taiwan na periferia de seus territórios.

Diante de quatro opções em que poderia realizar a atividade militar pretendida, a escolha mais provável para os líderes chineses seriam as Ilhas Pratas, caso não estivessem defendidas. Contudo, independentemente da escolha entre qualquer uma das quatro ilhas em questão, Taiwan teria a opção de lutar pela soberania de sua ilha ou de imediatamente se render e entregar o território. Optando por lutar – sendo uma luta significativa e com baixas expressivas – Taiwan teria a chance de causar impactos políticos não apenas domésticos como também na comunidade internacional, sobretudo sobre seus principais parceiros, Estados Unidos e Japão.

Em caso de uma batalha estendida – utilizando o exemplo das Ilhas Pratas – em que Taiwan engajassem centenas de soldados e durasse por mais tempo, os taiwaneses teriam que decidir entre enviar ou não mais homens e se utilizariam recursos como submarinos, navios e aeronaves. Essa ação aumentaria os custos do conflito e, por efeito, intensificaria as consequências já citadas, levando a maiores implicações regionais e globais.

Observa-se que para a China a atividade representaria um baixo risco e seus planejadores teriam a confiança de que poderiam concluir a invasão com sucesso devido a sua superioridade militar. Apesar dos objetivos chineses serem questionados nesse cenário, é evidente a determinação do país em demonstrar força sobre Taiwan, o que contribui

fortemente para a falha da dissuasão de Taipé. Bem como é evidente que a percepção do país de que possui capacidade de tomar uma das ilhas para si e de que Taiwan não estaria apto a responder à altura – mesmo em um conflito estendido – contribui para a falha da dissuasão taiwanesa.

Taiwan não possui, ou não emprega, as capacidades necessárias para defender suas ilhas e, por consequência, não possui credibilidade suficiente para dissuadir a China de performar uma invasão. Além disso, não fica clara qual seria a postura de Taiwan caso uma invasão ocorresse, o que contribui ainda mais para a falta de credibilidade, visto que não existe uma ameaça clara. Nesse sentido, a percepção chinesa de superioridade militar e de que está apta a operacionalizar uma ação de força contra uma das ilhas, a ambiguidade quanto a estratégia de Taiwan, bem como a ausência de intervenções imediatas por parte dos aliados e parceiros da ilha contribuem para a motivação preexistente de que a China deve demonstrar força sobre a ROC, ocasionando a falha da dissuasão.

Assim, percebe-se que a dissuasão de Taiwan, nesse cenário, falha por uma junção de fatores que atuam em conjunto: a determinação da China em exercer força sobre Taiwan, o que é parte de própria estratégia chinesa; unida à percepção de que a invasão não ofereceria custos maiores que os benefícios; a superioridade militar; e a falta de credibilidade de Taipé que, nesse caso, foi reforçada pela falta de clareza da ameaça que dizia respeito à proteção das ilhas.

É importante observar, contudo, que por mais que a China demonstre a capacidade de operacionalizar uma invasão, a sua mensagem também não é clara para Taiwan. Mesmo que o objetivo inicial seja demonstrar força, com o objetivo final de demonstrar sua capacidade e determinação política de realizar uma reunificação, invadir uma das ilhas taiwanesas pode não ser benéfico na tentativa de impedir uma declaração de independência. A invasão das ilhas como meio de reforçar a ameaça de uma possível ação militar contra Taiwan pode representar uma ameaça excessiva que, em vez de reforçar a estratégia chinesa de dissuasão pela punição ou compelência²⁷, acabe por fazer Taiwan acreditar que a violência ocorreria a todo modo e opte por fazer exatamente o que a China buscava evitar. Como dito por Mazarr (2018, p. 7), uma ameaça sem um incentivo ou compromisso que assegure algum benefício ao oponente

²⁷ Considerando o objetivo da China, a estratégia pode variar entre dissuasão pela punição e compelência. Se o objetivo reside em fazer com que Taiwan aceite a reunificação, a estratégia se configura como compelência, pois exige que o ator passe a fazer algo que não estava sendo feito anteriormente. Por outro lado, se a intenção é dissuadir Taiwan de declarar independência, a estratégia se configura como dissuasão pela punição. Contudo, é importante recordar que, em situações reais, a dissuasão e a compelência se sobrepõem e dificilmente são possíveis de diferenciar; e dependendo da mensagem transmitida os próprios objetivos de um ator podem ser considerados ambíguos.

pode ser um incentivo à realização da ação indesejada inicialmente²⁸. Além disso, como posto pelos autores, a China poderia acabar pagando altos custos no longo prazo por um resultado não significativo, militarizando Taiwan e incentivando intervenções.

O segundo cenário proposto pelo *Council on Foreign Relations* (Blackwill; Zelikow, 2021, p. 35-37) retrata uma situação em que a China decide colocar Taiwan em quarentena ao perceber a intensificação das relações entre a ilha e os Estados Unidos, sobretudo por meio de vendas de armas. O cenário apresenta dois argumentos que a China poderia utilizar para justificar a quarentena.

O primeiro argumento é de que Pequim estaria apenas exercendo seu direito de soberania sobre Taiwan, contando com o fato de que a maior parte do mundo concorda com o fato de que existe apenas uma China – assim concordando com a soberania sobre Taiwan. O segundo argumento baseia-se na necessidade chinesa de evitar a desestabilização do equilíbrio militar no estreito e a transferência de especialistas em política externa para Formosa. Na tentativa de aumentar as capacidades de defesa de Taiwan, Taipé e Washington acabaram por alterar a percepção chinesa sobre o balanço de forças no estreito, levando Pequim a utilizar a força em prol da manutenção do status quo (em termos de capacidade). Nesse cenário, o objetivo da China é fazer Taipé aceitar a perda de controle, o que pode ou não ser alcançado com engajamento entre as forças ou o lançamento de mísseis, mas sem a invasão ou corte dos recursos básicos da ilha.

Assim, a dissuasão falha quando a RPC opta pelo uso da força diante da percepção de que os outros dois atores estariam buscando elevar os custos de operações militares futuras contra a China. Assim, a percepção é influenciada pelo potencial risco de desequilíbrio de poder no estreito. Observa-se, também, a falha da credibilidade de Taiwan e de seus parceiros e aliados em garantir que qualquer violência receberia uma resposta inaceitável, ou seja, os dissuasores não foram capazes de manipular a percepção chinesa e convencê-la de que existiriam danos inaceitáveis. Os parceiros de Taiwan, como os Estados Unidos e o Japão, precisariam priorizar seus contextos domésticos – divididos diante do desafio militar – ao passo que observariam o comportamento da população de Taiwan.

Esses países avaliaram a viabilidade de uma resposta militar, considerando que a China contaria com a vantagem em números e logística, o que demonstra a superioridade da China em termos de capacidade como um fator presente e influente para a falha da dissuasão

²⁸ Apesar da teoria comumente colocar a ação militar como a ação a ser dissuadida, nem sempre a ação é militar, podendo incluir ações políticas, econômicas, ações de mudança do status quo e de proliferação de armas (Snyder, 1960, p. 162).

na situação apresentada. O cenário também evidencia que, devido à interdependência econômica entre os países no leste asiático, poucas são as alternativas que os aliados de Taiwan têm de realizar um bloqueio ao comércio chinês. Observa-se a percepção desses países de que os custos de um escalonamento seriam muito elevados, provavelmente optando por não realizar a ação contra a China.

Apesar da interdependência não ser um fator que torne impossível a execução de um contra bloqueio, esses países estariam muito mais vulneráveis às consequências dessa escolha do que a própria China, que poderia contar com outras vias para reabastecer seus recursos vitais. Além disso, a possibilidade de uma resposta de Pequim ao contra bloqueio – como bloquear as linhas marítimas e o comércio vital ao Japão e a Coreia do Sul, também é uma forte variável que pode viabilizar o sucesso da dissuasão chinesa contra o escalonamento desse conflito por parte dos aliados de Taiwan. O cálculo custo-benefício dessa escolha poderia demonstrar que os custos estariam mais elevados que os benefícios para esses países.

Na percepção de Pequim, os altos custos a serem pagos em prol do controle sobre Taiwan não sobressaem os benefícios trazidos pela operação. Além disso, apesar da presença de outros atores no cenário, é evidente a incapacidade de Taiwan e de seus parceiros de dissuadir a China e de retaliar suas ações posteriormente, tendo em vista que as consequências seriam ainda piores. Mesmo sem uma invasão, o controle sobre Taiwan poderia viabilizar a imposição do regime de *Uma China* sobre a ilha, visto que Pequim comandaria a entrada e saída de recursos de Formosa e poderia utilizar esse poder como mecanismo de enfraquecimento contra o regime político de Taipé.

No último cenário feito pelo CFR (Blackwill; Zelikow, 2021, p. 38-39), por sua vez, a China tenta realizar um *fait accompli* sobre Taiwan e os autores indicam duas possíveis formas de operacionalização para tal. A primeira seria um por meio de um cerco tradicional e um ataque anfíbio, auxiliado por navios e desembarque em algumas praias do lado norte e oeste de Taiwan, todas as opções com defesas preparadas para recebê-los. A outra opção, que poderia ser operacionalizada em conjunto com a primeira, seria baseada em ataques por meios aéreos e operações especiais. A invasão teria a finalidade de fazer Taipé se render, ocupar as instalações vitais para a ilha, posicionar outras forças em regiões menos contestadas e finalizar o conflito rapidamente.

Os taiwaneses teriam algumas vantagens inerentes no cenário em questão. O atacante somente conseguiria colocar um pequeno número de forças em terra em um ataque inicial. Como defensor, espera-se que Taiwan esteja pronto e determinado e seja capaz de acumular

forças muito maiores nas proximidades do ataque, a menos que essas forças estejam suscetíveis a serem desviadas e paralisadas pelo atacante. Assim, o invasor precisaria sustentar as forças em terra com os suprimentos necessários. Além disso, o clima de Taiwan é complicado e não favorece ataques anfíbios tradicionais.

Outro ponto sobre as capacidades de Taiwan é que o alistamento militar deixou de ser obrigatório e suas forças se tornaram totalmente voluntárias. Adicionalmente, há a dependência de um número pequeno de aeronaves e navios de guerra caros e simbólicos que servem para demonstrações políticas, mas estão tecnologicamente atrasados. As forças estadunidenses na região ainda não estão implementadas e as forças japonesas ainda não são relevantes. Por outro lado, a implementação de um programa que prevê o aumento dos gastos em defesa a fim de fortalecer suas capacidades assimétricas e o aumento da produção nacional em defesa, a fim de se tornar mais independente, vem sendo observado de perto pela China.

Nesse cenário, o uso da força ocorre diante da percepção chinesa de que existe uma dinâmica em curso no estreito que pode despontar em desvantagens para o país. Assim, a China percebe uma “janela de vantagem militar” e precisa decidir como agir diante disso. A percepção é reforçada pela pouca credibilidade de Taiwan em impor custos à China e da falta credibilidade – até mesmo das próprias autoridades taiwanesas – de que seus principais parceiros interviriam em caso do uso da força por parte da China. Mesmo que os defensores conseguissem resistir, por quanto tempo isso aconteceria é algo questionável.

Observa-se que para os chineses – de acordo com os autores – existiriam altos riscos a serem ultrapassados numa invasão. Contudo, as recompensas seriam duradouras e significariam uma resolução definitiva da questão de Taiwan. Isso demonstra a determinação chinesa em resolver a questão, mesmo sofrendo os danos previstos pela estratégia coercitiva de seus dissuasores, que, unida à percepção de vantagem militar no estreito e à falta de credibilidade nos países que supostamente apoiariam Taiwan, causam a falha da dissuasão.

4.2 A Falha da Dissuasão nos cenários do *International Institute for Strategic Studies*

O primeiro cenário proposto pelo IISS (Boyd; Gady; Nouwens, 2023, p. 5-9) apresenta uma crise inesperada no estreito de Taiwan em 2027. A crise em questão ocorreu devido ao afundamento de um navio chinês, com baixas militares, durante o exercício anual de defesa de Taiwan, Han Kuang. Diante dos testemunhos dos sobreviventes, não fica claro se o motivo do afundamento foi devido a ataques externos – mísseis antinavio taiwaneses – ou a explosões

internas. Com isso, a opinião pública passa a exercer pressão sobre o governo chinês em favor de uma retaliação e o próprio governo acredita que uma retaliação é necessária para a manutenção da estabilidade do PCCh e do legado de Xi Jinping.

Diante do contexto de instabilidade regional, é evidente que a China se vê tencionada a realizar uma ação de retaliação sobre Taiwan em prol da credibilidade de sua própria estratégia de dissuasão. Mesmo que Taiwan não assuma a autoria do possível ataque, não retaliar causaria sérios danos à dissuasão chinesa, tendo em vista que, para manter a sua credibilidade, o dissuasor precisa estar de fato determinado a utilizar suas forças quando necessário (Haffa, 2018, p. 96).

Nesse sentido, a falha da dissuasão ocorre quando a China implementa um bloqueio aéreo e naval de forma determinada a manter a sua credibilidade em prol da preservação da sua autoridade. A decisão chinesa parte da percepção de que Taiwan é o responsável pelo ataque, sendo assim, o governo responde ao que foi tomado como ameaça à sua soberania com uma ação militar contra o seu oponente. Outro fator relevante à percepção chinesa é a pressão da opinião pública expressa por sua população. A necessidade do PCCh e do próprio Xi Jinping de manter sua legitimidade interna também é um importante fator para a decisão pelo uso da força. No cenário, a preservação da estabilidade doméstica da China se mostra tão importante quanto a preservação da credibilidade do Estado quanto à sua estratégia dissuasória.

Além disso, a falta de clareza de Taipé quanto ao ocorrido gera certa ambiguidade quanto a sua real participação no afundamento do navio, intensificando a percepção chinesa e prejudicando a possibilidade de evitar um escalonamento da situação. Em caso de um acidente real, Taipé poderia ter alegado inocência e buscado resolver a questão por vias diplomáticas – o que não necessariamente funcionaria, mas poderia atenuar o nível da resposta chinesa e, talvez, evitar o uso da força. Contudo, ao não esclarecer sua real posição sobre o afundamento do *Fujian*, a ROC permite que a China tome suas próprias conclusões sobre o ocorrido, o que notoriamente levaria à defesa e seus próprios interesses. Nesse caso, a falta de clareza da mensagem é um fator decisivo sobre a percepção da China, criando uma situação ainda mais propícia ao escalonamento da crise.

A influência das alianças também é um fator que convém ser analisado nesse cenário. A reação dos Estados Unidos à ação militar chinesa sobre Taiwan é, de certa forma, atrasada, pois não evita a falha da dissuasão e não protege Taiwan do bloqueio. A presença estadunidense e europeia, funcionam apenas como sinalizador de força para evitar um

escalonamento da situação, que de fato vem a funcionar, tendo em vista que a percepção chinesa é de que as mesmas representam um desafio à reunificação.

Em termos de cálculo de danos, é provável que Pequim tenha observado os custos da ação como não tão danosos. Apesar de acreditar que está em desvantagem em termos de experiência, o fato de ainda existir um status de equilíbrio militar na região viabiliza a medida tomada, visto que o objetivo final da China não era alcançar um conflito em larga escala. Percebe-se o importante papel da percepção e da determinação chinesa em garantir a sua autoridade e a estabilidade interna, reforçadas pela ambiguidade da posição de Taiwan.

O segundo cenário descrito pelo IISS (Boyd; Gady; Nouwens, 2023, p. 10-13), “A Crise Antecipada em 2032”, exhibe um contexto político doméstico chinês que passa por uma transição política, em vista do último mandato de Xi Jinping e o fortalecimento da direita no país. Além disso, Pequim assume uma postura mais agressiva contra as oposições e continua a sua busca pelo “Sonho Chinês”. Além da conjuntura interna chinesa, o país enfrenta a intensificação da rivalidade com os Estados Unidos e o distanciamento de Taiwan e Coreia do Sul, considerando a forte opinião pública contrária à RPC.

A conjuntura regional apresenta um certo nível de instabilidade e desconfiança em relação à China. Isso porque a citada agressividade por parte de Pequim levou os países a temerem mais posturas violentas na região, levando-os a estreitar laços com Washington. Austrália, Japão e Índia também intensificaram a cooperação em defesa formal contra a China, no âmbito do *Quad*.

Diante disso, nesse cenário, a dissuasão falha diante da percepção chinesa de que seus oponentes poderiam, em breve, alcançar a superioridade militar no estreito. O desenvolvimento de novas capacidades estadunidenses, comparado ao fraco desempenho chinês em termos de avanços tecnológicos, levou Pequim a temer uma grande desvantagem em termos de capacidades. Além disso, o estreitamento dos laços entre Washington e boa parte do Leste e Sudeste asiático, juntamente ao aprofundamento e aumento da amplitude das forças estadunidenses e das capacidades assimétricas taiwanesas contribuem para a percepção de uma futura desvantagem militar iminente da China.

Assim, a dissuasão falha quando a China coloca em questão não apenas a capacidade e a credibilidade taiwanesas e estadunidenses, como também a credibilidade da participação do Japão e Filipinas. Isso pois o ELP opta por realizar um ataque que se estende desde Formosa até bases militares estadunidenses no Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Guam e na costa oeste do próprio território estadunidense. Pequim assume que, por mais que haja um movimento

que a desfavoreça, ainda há tempo e capacidade de realizar uma ação militar rápida contra Taiwan, provavelmente chegando à conclusão que os custos ainda não excedem os benefícios a serem alcançados.

A China acredita que nenhum de seus principais oponentes, que nesse caso são os dissuasores, possuem a capacidade de detê-la até aquele momento, assim, se não utilizar a força contra Taiwan em 2032 não terá a capacidade de fazê-lo no futuro. Como apontado por Snyder (1960, p. 167), mesmo quando uma ameaça possui alta credibilidade, mas apresenta apenas custos moderados para o agressor, ela pode não o dissuadir se ele valoriza muito o seu objetivo e antecipa uma boa chance de conquista bem-sucedida.

Outrossim, a pressão interna da insatisfação com o governo de Xi Jinping e o risco do fortalecimento da direita no país, que poderia ser um risco potencial ao futuro do regime, aumentam a percepção de que o tempo para resolver a questão de Taiwan se afunila. Como resultado, tal percepção intensifica a determinação da China em executar a invasão. Adicionalmente, a ausência de inclinação por parte de Taipé em realizar uma reunificação acentua a determinação chinesa de recuperar a soberania de Taiwan de forma unilateral.

Portanto, a potência asiática operacionaliza uma ação militar premeditada sobre Taiwan, com ações cinéticas e não cinéticas, diante da percepção de que existirá apenas essa oportunidade de executar uma reunificação. Nesse caso, a percepção a respeito das capacidades e do equilíbrio militar no estreito, unidos à percepção sobre as formações e estreitamento das alianças, bem como à determinação em reafirmar a soberania chinesa causam a falha da dissuasão de Taiwan e dos Estados Unidos no estreito.

É importante observar que os ataques às bases no Japão, Coreia do Sul e Filipinas, possivelmente, exerceram um papel dissuasório sobre esses atores. Isso porque os resultados do cenário mostram que eles não estariam inclinados a intervir ou oferecer apoio aos Estados Unidos e à Taiwan, mesmo diante das condições apresentadas no cenário. De todo modo, um fator a ser considerado é que os especialistas julgam que a China já havia considerado intervenções desses aliados como improváveis, bem como a possibilidade de que haveria intervenções japonesas e estadunidenses.

No último cenário produzido pelo IISS (Boyd; Gady; Nouwens, 2023, p. 14-18), em 2037 a nova liderança chinesa encontra uma oportunidade de dar início ao seu legado como sucessor de Xi Jinping. Nesse cenário, as relações entre Estados Unidos e Taiwan estão enfraquecidas devido aos novos objetivos domésticos estadunidenses, que agora buscam uma aproximação com a China. Adicionalmente, um forte sentimento anti-estadunidense cresce na

região do Indo-Pacífico, diminuindo a presença das forças do país na região, sobretudo no Japão e nas Filipinas.

Perante uma economia regional mais interconectada e dependente da China, Taipé equilibra-se entre uma aproximação com Pequim, que gera benefícios para si, e a contínua defesa de seus próprios interesses. Além do crescimento econômico e as perspectivas de ascensão global, a China também conseguiu operacionalizar sua estratégia de guerra de destruição de sistemas, personalizada para um possível confronto com Estados Unidos e Taiwan. Outros avanços alcançados foram a consolidação de sua estratégia de compensação tecnológica, em que busca explorar as vantagens assimétricas que possui por já estar no teatro de operações, e o desenvolvimento de capacidades e conceitos assimétricos de paralisação da tomada de decisões dos Estados Unidos.

Enquanto isso, a capacidade militar dos Estados Unidos na região foi reduzida significativamente, não apenas pela redução das cooperações e parcerias, mas também pelas falhas no desenvolvimento de novas tecnologias e uma crescente vulnerabilidade logística. Por efeito, as forças de curto alcance estadunidenses perderam força no Oeste do Pacífico, em vista da necessidade do uso de bases próprias, gerando uma maior dependência de capacidades de longo alcance – o que implica um maior espaço de tempo para a reação.

Nesse cenário, a clara diminuição das capacidades estadunidenses, bem como a mudança dos objetivos da nova liderança do país, representa um forte enfraquecimento da credibilidade da estratégia dissuasória do país sobre a China. A condição se une à percepção chinesa de paridade ou superioridade tecnológica em áreas-chave para uma campanha de ataque conjunto com poder de fogo. Assim, a falta de credibilidade de que Taiwan – que nesse cenário aparentemente não poderá contar com os EUA – poderia aplicar dados inaceitáveis, junto a um equilíbrio militar favorável à China, moldam a percepção da chinesa de que é possível tomar o controle de Taiwan, tornando-se as principais variáveis para a falha da dissuasão no cenário.

Desse modo, ao lançar uma operação multidomínio em larga escala sobre Taiwan, um ator militarmente inferior na percepção da China, Pequim busca fazer com que Taipé se renda sem escalar o conflito. Além disso, acredita que os Estados Unidos interviriam (ou que o faria de forma inefetiva), o que de fato acontece. As forças estadunidenses falham em reagir a tempo de impedir que Taiwan capitule, concluindo a invasão da ilha com sucesso. A situação coincide com os exemplos apontados por Mazarr (2018, p. 3), quando diz que os maiores exemplo de falhas da dissuasão estendida dos Estados Unidos – Coreia em 1950 e o Kuwait

em 1990 – podem ser parcialmente atreladas ao fato de que o país não estava disposto a demonstrar de forma clara que responderiam às ameaças de forma automática.

4.3 A FALHA EM DEBATE

Nos cenários analisados, as falhas da dissuasão são resultantes de ricas interações entre diferentes variáveis que assumem diferentes associações entre si. Nesses, a percepção se apresenta como uma peça central na grande maioria das situações, assim como colocado por Mazarr (2018), quando afirmou que a percepção é a variável dominante no sucesso ou na falha da dissuasão. Na grande maioria dos cenários, a percepção chinesa quanto ao equilíbrio de poder regional, os status das alianças e os avanços tecnológicos no estreito foram responsáveis por reforçar sua determinação em realizar uma ação militar contra Taiwan.

Exceto pelos dois primeiros cenários de ambos os documentos, a percepção de uma possível mudança no equilíbrio de forças e do status das alianças foram dominantes ou se mostraram altamente relevantes para a falha da dissuasão. Nos cenários de quarentena e invasão do CFR, assim como no segundo cenário do IISS (2032), a possibilidade de um desequilíbrio das forças no estreito presta um papel central. Neles, a falha da dissuasão é, sobretudo, resultado da percepção chinesa de que em breve Taiwan e os Estados Unidos superariam a China em termos de capacidade (ou apenas Taiwan no caso do terceiro cenário do CFR, em que o apoio dos Estados Unidos é questionado pelos próprios líderes taiwaneses, mas Taiwan realiza altos gastos em Defesa de forma estratégica). O aumento dos investimentos e do planejamento em defesa, bem como o estreitamento dos laços entre Taiwan e seus principais parceiros – EUA e Japão – e uma maior presença militar estadunidense dentro da região intensificaram a determinação já existente em realizar uma reunificação.

Nos casos citados, a percepção de mudança do equilíbrio militar contribuiu para reforçar a necessidade do uso da força, já que uma desvantagem em termos de capacidade significaria que a China poderia perder a credibilidade de sua própria estratégia dissuasória. No terceiro cenário proposto pelo IISS, por sua vez, a percepção chinesa sobre o equilíbrio de forças é inversa, mas ainda relevante. A mudança no sentimento a respeito dos Estados Unidos gera o enfraquecimento da presença militar estadunidense na região, o que contrasta com os intensos avanços tecnológicos e operacionais da China. Desse modo, os dissuasores se mostraram menos capazes diante da China, que se torna ainda mais confiante a respeito de sua

própria capacidade. Percebe-se como a credibilidade reforça a percepção chinesa de que deve executar o uso da força.

Na maioria dos casos, a capacidade de Taiwan e de seus parceiros no momento da falha era igual ou inferior à capacidade chinesa. Como visto na teoria da dissuasão, a capacidade do dissuasor nem sempre precisa ser maior que a de seu oponente, mas o inimigo precisa acreditar que ela poderá, de fato, impor custos inaceitáveis a ele e que ela será utilizada caso necessário, ou seja, a capacidade reforça a credibilidade (Morgan, 2003; Schelling, 2016; Haffa, 2018). Nos cenários de ambos os documentos, a capacidade se apresenta como uma variável que não geraria a falha da dissuasão por si só, visto que neles a China já contava com a percepção de que seria militarmente capaz de realizar as ações pretendidas, mas opta por executá-las somente diante da percepção de mudança no equilíbrio das forças (como previamente discutido).

De todo modo, a capacidade é essencial para a percepção da China de que alcançaria o sucesso. Isso se materializa, principalmente, no segundo e terceiro cenário do CFR e no segundo caso do IISS, em que a China opta pelo uso da força em vista de uma “janela de vantagem” em relação à Taiwan e seus respectivos parceiros. Isso também pode ser observado com clareza no cenário de invasão em 2037, do IISS, visto que apenas a percepção de superioridade militar não foi suficiente para uma invasão, mas foi um fator central diante da falha na credibilidade de Taiwan e dos Estados Unidos. Com isso, percebe-se que a capacidade assume uma posição importante nas falhas da dissuasão encontradas.

As duas exceções previamente citadas diferenciam-se dos demais pelo papel da percepção não ser o principal fator causador da falha da dissuasão e não estar ligada às mudanças no equilíbrio de forças. Nesses dois cenários a própria determinação chinesa tem uma função bem mais central, fugindo ao apontado por Mazarr (2018) e assemelhando-se às ideias de Morgan (2003). Como colocado nos estudos realizados por Morgan (2003), a motivação é a variável mais importante para o sucesso ou falha da dissuasão. Além disso, muitas vezes essa motivação parte de pressões internas e, mesmo que o dissuasor cumpra corretamente seu papel, ele somente poderá controlar a situação se a motivação do oponente for baixa.

Nesse sentido, no primeiro cenário produzido pelo IISS a ação militar é resultado da própria determinação chinesa em reafirmar a sua autoridade e a credibilidade de sua própria dissuasão, diante da falta de clareza da mensagem por parte de Taiwan quanto ao aprofundamento do *Fujian*. No caso em questão, pouco importa o equilíbrio militar ou a

credibilidade que Taipé e Washington possuem, pois a determinação da China em retaliar Taiwan pelo afundamento de um de seus navios é central, seguido pela percepção de que a ação militar é necessária para manter a estabilidade regional e doméstica.

No que tange ao primeiro cenário do CFR, a falha da dissuasão é produzida não pela percepção de mudanças no equilíbrio de forças ou dos status das alianças, mas da própria determinação chinesa em demonstrar força sobre Taiwan. Isso acontece em conjunto com a percepção de que a ameaça dissuasória de Taiwan não é credível, visto que Taipei não possui, ou não emprega, capacidades suficientes para impedir a invasão de uma de suas ilhas e acaba falhando em passar uma mensagem clara para a China. Apesar dos apontamentos, isso não significa que a determinação da China não esteve presente nos outros cenários, apenas que não foi, isoladamente, suficiente para a falha da dissuasão neles. Adicionalmente, nas duas exceções as alianças têm um papel mínimo para impedir a falha, mas conseguem impedir o escalonamento do conflito no cenário do IISS.

Nesses dois cenários a clareza da mensagem também presta um papel relevante, pois Taiwan falha em comunicar à China a sua real postura. No cenário em que a China invade uma das ilhas de Taiwan (CFR), Taipé não deixa claro se lutaria ou não por essas ilhas, ou quanto esforço aplicaria nisso, o que torna ambíguo para a China o nível de dificuldade da ação – e que contribui para tornar a dissuasão taiwanesa menos credível. No cenário em que a China retalia o afundamento de um de seus navios (IISS), Taiwan não informa a China qual a sua participação no afundamento, ou mesmo se ela esteve envolvida, aumentando a determinação chinesa em punir Taipé pelo ato. Por mais que a credibilidade das ameaças não fossem suficientemente fortes nos outros cenários, a mensagem dissuasória estava clara para a China e não se tornou uma questão que interferisse no sucesso da estratégia.

Dando continuidade, observa-se que a credibilidade, unida à percepção, ocupa um lugar altamente relevante nas falhas observadas. Isso porque em quase todos os cenários a falha da credibilidade é uma das principais variáveis a reforçar uma percepção negativa do oponente sobre o dissuasor ou sobre a situação dissuasória no geral. Como dito anteriormente, a capacidade por si só não foi suficiente para a falha da dissuasão, mas a capacidade unida à falta de credibilidade das ameaças taiwanesas e de seus respectivos parceiros contribuíram para a percepção favorável à ação militar chinesa. Tal falha na credibilidade também pode ser observada de forma expressiva no caso em que é invadido em 2037 (IISS). Nesse cenário, o equilíbrio de forças muda de forma favorável à China e a credibilidade da dissuasão estendida

dos Estados Unidos e da dissuasão direta de Taiwan estão enfraquecidas, levando à vulnerabilidade que permite a invasão.

Por outro lado, o cenário de retaliação ao afundamento do *Fujian* (IISS) é exemplo de que a credibilidade pode não estar entre os principais fatores da situação. Isso porque o objetivo da China não era iniciar um conflito ou mesmo escalar a violência no estreito, mas sim reafirmar a sua autoridade e preservar a estabilidade doméstica e regional, diante da inexistência de uma ameaça direta emitida por Taiwan. Nesse caso, a visão de Zagare (2004, p. 126) explica que ameaças críveis são necessárias, mas insuficientes para o sucesso da dissuasão, tendo em vista que a escolha racional de um estado pode ser por simplesmente contestar o status quo.

Nesse sentido, percebe-se que os dois primeiros casos de ambos os documentos apresentam-se como uma exceção diante dos outros cenários. Isso pode estar parcialmente relacionado ao fato de que ambos os casos tratam do uso da violência de forma limitada, sem a finalidade de escalar a situação, e não chegam a despertar a necessidade de intervenções externas. Ou seja, nos casos em que o objetivo da China era limitado, a determinação se sobrepôs às outras variáveis. Em contrapartida, nos casos em que a China visava de fato alcançar seus objetivos finais – impedir a independência de Taiwan e tomar o controle da ilha a fim de realizar a reunificação entre eles – as variáveis assumiram associações mais complexas entre si.

QUADRO 1 - Principais variáveis que influenciaram a falha da dissuasão

CFR	IISS
Cenário 1: A China invade a periferia de Taiwan	Cenário 1: Uma crise inesperada em 2027
DETERMINAÇÃO CLAREZA DA MENSAGEM CREDIBILIDADE CAPACIDADE	DETERMINAÇÃO CLAREZA DA MENSAGEM PERCEPÇÃO
Cenário 2: A China quarentena Taiwan	Cenário 2: A crise antecipada em 2032
PERCEPÇÃO CREDIBILIDADE CAPACIDADE	PERCEPÇÃO CREDIBILIDADE CAPACIDADE

Cenário 3: A China invade Taiwan	Cenário 3: A China invade Taiwan em 2037
PERCEPÇÃO CAPACIDADE DETERMINAÇÃO	PERCEPÇÃO CREDIBILIDADE CAPACIDADE

Fonte: a autora com base em Blackwill e Zelikow (2021) e Boyd, Gady e Nowens (2023).

Como visto no quadro acima, esses cenários revelam um comportamento repetitivo em que a percepção de ameaça ao equilíbrio das forças é um dos fatores centrais para a falha. A credibilidade e a capacidade prestam um importante papel em reforçar a percepção chinesa, ora apresentando-se como uma ameaça, ora como vulnerabilidade. Percebe-se, também, que nos dois primeiros cenários de ambos os documentos a própria determinação chinesa assume o papel de variável principal, reforçada principalmente pela falha na clareza da mensagem.

Quanto às variáveis intervenientes de estabilidade doméstica e regional, essas se mostraram diretamente influentes sobre a determinação da China em realizar uma ação militar. Nos cenários que apresentam uma instabilidade regional relevante, diga-se os dois primeiros cenários do IISS, tais instabilidades geraram a necessidade de uso da força em função dos objetivos chineses, exercendo pressão sobre as lideranças para que assumissem uma postura de reafirmação chinesa diante da situação. O mesmo pode ser visto quanto ao primeiro cenário do IISS, em que a pressão doméstica exerce um papel crucial na determinação chinesa, visto que a opinião pública exige uma reação militar chinesa sobre Taiwan.

A interdependência econômica entre os países é uma variável que tem um papel dissuasório sobre os parceiros de Taiwan, no cenário em que a China quarentena Taiwan. Apesar de não se mostrar relevante nos outros cenários, a dependência econômica e comercial dos países parceiros de Taiwan – Japão e Coreia do Sul – sobre a China tornou inviável a operacionalização de um contra bloqueio sobre o país. Isso porque as consequências de tal ação, além de escalar a situação para um conflito mais complexo, seriam bem mais prejudiciais a esses países e a Taiwan do que à China, que ainda contaria com outros meios de sobrevivência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quando a dissuasão poderá falhar em um potencial conflito em Taiwan? Sendo assim, buscou-se compreender o que poderá causar a falha da dissuasão nos cenários prospectivos selecionados, em vista das variáveis dispostas pela teoria da dissuasão. Nesse sentido, o primeiro capítulo da monografia foi dedicado à revisão da literatura sobre a teoria da dissuasão, analisando os fundamentos da teoria e as respectivas variáveis responsáveis pelo sucesso e pela falha da dissuasão.

Adicionalmente, o segundo capítulo explorou os estudos prospectivos, especificamente a produção de cenários prospectivos, e foi concluído com o aprofundamento sobre o estudo comparado de conflitos. A partir disso, o terceiro capítulo realizou a descrição dos cenários da *Think Tank Council on Foreign Relations*, seguido pelos cenários do *International Institute for Strategic Studies*. O quarto capítulo da monografia, por sua vez, realizou a análise da falha da dissuasão em cada um dos cenários apresentados, compreendendo o papel das variáveis independentes e intervenientes sobre a variável dependente (a falha da dissuasão). Com isso, foi possível construir um debate em foi observado e comparado o comportamento de cada variável sobre as falhas encontradas.

A respeito da hipótese do trabalho, de fato a percepção chinesa tem um papel central sobre a falha da dissuasão, todavia, é a percepção de mudança no equilíbrio de forças que presta um papel central na falha da dissuasão nos cenários. Além disso, não necessariamente tal percepção é de que o equilíbrio estaria mudando de forma desfavorável para China, como pode ser visto no último cenário produzido pelo IISS. É essa percepção, associada às falhas significativas da credibilidade taiwanesa e estadunidense, em alguns cenários, que gera a maior parte das falhas encontradas. Em alguns momentos, a falha da credibilidade se mostra mais relevante do que a própria percepção de superioridade militar da China, como no caso em que Taiwan sofre uma quarentena (CFR) ou no caso de invasão (IISS).

Em outros casos, a determinação se sobrepõe à percepção, como nos dois primeiros cenários de ambos os documentos. Ou seja, por mais que a percepção possua um papel dominante sobre a falha da dissuasão, a determinação também assumiu a centralidade da situação em alguns cenários. Quanto às alianças, exceto pelos cenários em que a determinação foi mais relevante, a parceria com os Estados Unidos e demais países cumpriu um importante papel diante da credibilidade das ameaças contra a China, ora reforçando-as, ora distantes e improváveis de cumprir seu papel dissuasório.

Apesar de algumas variáveis terem se mostrado mais influentes que outras na análise dos cenários, percebe-se que a falha da dissuasão é, de fato, uma interação complexa entre a capacidade, a clareza da mensagem, a credibilidade, a determinação e a percepção do oponente. Além disso, a capacidade não se mostrou como um fator decisivo para a falha da dissuasão quando analisada isoladamente, o que se torna evidente perante grande parcela dos cenários em que a capacidade relativa era favorável à China ou igual entre os atores e, mesmo assim, o uso da força ocorreu apenas como resultado da interação com outras variáveis. Observou-se também o papel da estabilidade doméstica e regional como influências diretas sobre a falha da dissuasão, bem como as mudanças no equilíbrio de poder regional. As oscilações dessas variáveis foram grandes influenciadores da percepção chinesa e, conseqüentemente, das mudanças no status quo regional.

Uma limitação encontrada durante a construção da monografia foi o fato de que, tendo em vista os diferentes objetivos de cada documento e as discrepâncias relacionadas à origem da produção, nem todas as variáveis ficaram claras o suficiente para serem analisadas em todos os cenários. O fato de que o documento produzido pelo IISS tem a dissuasão como parte de sua estrutura analítica foi benéfica no que tange às variáveis analisadas. Por considerar a dissuasão, o documento ofereceu detalhes mais específicos, o que pode ser considerado uma exceção à regra, visto que em pesquisas prévias o número de documentos que consideram a dissuasão era limitado. O documento produzido pelo CFR, por sua vez, também apresentou informações específicas e relevantes, todavia limitadas ao contexto de cada cenário, o que limitou a análise de variáveis intervenientes, sobretudo.

Dada a importância dos estudos prospectivos para o planejamento estratégico, o estudo de conflitos de forma comparada é um instrumento que pode ser melhor explorado pelos tomadores de decisões na área da Defesa Nacional, sobretudo para os Estudos Estratégicos, além de dar continuidade à agenda de estudos sobre a teoria da dissuasão brasileira. Portanto, além de testar a teoria da dissuasão, o trabalho abrange os estudos prospectivos e sua relevância para o desenvolvimento de estratégias de Defesa, inclusive no âmbito da dissuasão.

REFERÊNCIAS

AUSTRÁLIA, Governo da. Department of Foreign Affairs and Trade. **The Quad**. 2024. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/international-relations/regional-architecture/quad>. Acesso em: 25 de ago. de 2024.

BAYLIS, John; WIRTZ, James J; GRAY, Colin S. **Strategy in the Contemporary World**. 6ª Edição. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. Future Warfare in the Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. AirSea Battle, and Command of the Commons in East Asia. **International Security**, v. 41, no.1, p. 7-48. 2016. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article/41/1/7/12133/Future-Warfare-in-the-Western-Pacific-Chinese>. Acesso em: 20 de jul. 2024.

BLACKWILL, Robert D.; ZELIKOW, Philip. **The United States, China, and Taiwan: A Strategy to Prevent War**. CFR, 2021. Disponível em: https://cdn.cfr.org/sites/default/files/report_pdf/the-united-states-china-and-taiwan-a-strategy-to-prevent-war.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2024.

BLASCO, Emili J. **Council on Foreign Relations, the biggest 'influencer' in US foreign policy**. Universidad de Navarra, 2023. Disponível em: <https://en.unav.edu/web/global-affairs/council-for-foreign-relations-el-mayor-influencer-en-la-politica-exterior-de-eeuu>. Acesso em: 25 de ago. de 2024.

BOJER, Mille. **Transformative scenarios process: how stories of the future help to transform conflict in the present**. Berghof Foundation. 2018. Disponível em: <https://reospartners.com/resource-library/transformative-scenarios-process-conflict-transformation>. Acesso em: 24 de jun. de 2024

BOYD, Henry; GADY, Franz-Stefan; NOUWENS, Meia. **Deterrence Failure in a Cross-Strait Conflict: The Role of Alliances, Military Balance and Emerging Technology**. IISS, 2023. Disponível em: <https://www.iiss.org/research-paper/2023/02/deterrence-failure-in-a-crossstrait-conflict/>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

BRANDS, Hal. **Deterrence in Taiwan Is Failing**. Foreign Policy. 2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/09/08/us-military-deterrence-china-taiwan-war-east-asia/>. Acesso em: 25 de jul. de 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, D.F., 2020.

Disponível em:

https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf . Acesso em: 25 de mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01 - Glossário das Forças Armadas**. 5ª Edição.

Brasília, 2015. Disponível em:

https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 25 de mar. de 2024.

BRODIE, Bernard. Escalation and the Nuclear Option. **RAND**. Memorandum, 1965.

Disponível em:

https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_memoranda/2006/RM4544.pdf. Acesso em: 25 de ago. de 2024.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia E Técnicas De Construção De Cenários Globais E Regionais**. IPEA, Texto para Discussão Nº 939, 2003. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2865/1/TD_939.pdf. Acesso em: 26 de jun. de 2024.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **CFR**, 2024. Seção sobre o autor Robert D.

Blackwill. Disponível em: <https://www.cfr.org/expert/robert-d-blackwill>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

CHEN, Alyssa. **China Coast Guard: what does it do and how did it become so powerful?**

South China Morning Post, julho de 2024. Disponível em:

<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3268460/china-coast-guard-what-does-it-do-and-how-did-it-become-so-powerful>. Acesso em: 20 de ago. de 2024.

CHINA. Ministry of National Defense of the People's Republic of China. **Defense Policy**.

2024. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/xb/DefensePolicy/index.html>.

COLAS, Brandon. Defining and Deterring Faits Accomplis. **Parameters**, v. 52, n. 2, summer issue, p. 69 - 86. 2022. Disponível em:

<https://press.armywarcollege.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3153&context=parameters#:~:text=better%20described%20as%20a%20fait%20accompli%2C%20wherein,defender%20who%20decides%20losing%20territory%20is%20better>. Acesso em: 25 de ago. 2024.

CURTIS, John; KING, Winnie; WARD, Matthew. **Taiwan: Relations with China**. UK Parliament, 2023. Disponível em:

<https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-9844/>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

DALL'AGNOL, A. C.; DUARTE, Érico. Military Power and Conventional Deterrence: A Literature Review. **Revista De Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**. V. 17, n.1, p. 101-118, 2022. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1909-30632022000100101&script=sci_arttext. Acesso em: 02 de jun. 2024.

DAS, Shaheli. **The awakening of Xi's Chinese Dream**. Cetri, 2016. Disponível em: <https://www.cetri.be/The-awakening-of-Xi-s-Chinese?lang=fr>. Acesso em: 25 de ago. de 2024.

FERREIRA, Walter; TEIXEIRA JUNIOR, Augusto. O conflito de Taiwan: uma análise estratégica e operacional. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**. V. 17 n. 58, 2023. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/9646>. Acesso em: 27 de jul. de 2024.

FREEDMAN, Lawrence; RAGHAVAN, Srinath. Coercion. In: WILLIAMS, Paul D.; MCDONALD, Matt. **Strategic Studies: An Introduction**. 2º Edição. Londres: Routledge, 2012. Cap. 14.

GARAMONE, Jim. U.S. **Strengthening Deterrence in Taiwan Strait**. DOD News, 2023. <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/3531094/us-strengthening-deterrence-in-taiwan-strait/>. Acesso em: 15 de mar. de 2024.

GONG, Min *et al.* Testing the scenario hypothesis: An experimental comparison of scenarios and forecasts for decision support in a complex decision environment. **Environmental Modelling & Software**, v. 91, p. 135-155. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364815216305060>. Acesso em: 24 de jun. 2024.

GRAY, Colin S. **Estratégia Moderna**. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 2016.

GRAY, Colin S. Mini-nukes and Strategy. **International Journal: Canada's Journal of Global Policy Analysis**, v. 29, p. 216-241. Jun. de 1974. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002070207402900204>. Acesso em: 25 de ago. de 2024.

HAFFA; Robert P. The Future of Conventional Deterrence: Strategies for Great Power. **Strategic Studies Quarterly**, vol. 12, n.4. 2018. Competition. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-12_Issue-4/Haffa.pdf.

Acesso em: 16 de mar. de 2023.

HILLE, Kathrin. **How China's coastguard is 'trying to occupy the ocean'**. Financial Times, setembro de 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/cf1dbda6-616f-4c2f-9cf8-c2abe18fa076>. Acesso em: 20 de ago. de 2024.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **IISS**, 2024a. Seção sobre Franz Stefan Gady. Disponível em: <https://www.iiss.org/people/cyber-power-and-future-conflict/franz-stefan-gady/>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **IISS**, 2024b. Seção “Sobre nós”. Disponível em: <https://www.iiss.org/about-us/>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **IISS**, 2024c. Seção sobre Meia Nouwens. Disponível em: <https://www.iiss.org/people/defence-and-military-analysis/meia-nouwens/>. Acesso em 17 de out. de 2024.

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

KUO, Raymond. **'Strategic Ambiguity' May Have U.S. and Taiwan Trapped in a Prisoner's Dilemma**. RAND Corporation. 2023. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/commentary/2023/01/strategic-ambiguity-may-have-us-and-taiwan-trapped.html>. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

LANDMAN, Todd. **Issues and Methods in Comparative Politics**. Londres: Routledge, 2008.

LEE, Yimou; BLANCHARD, Ben. **Taiwan faces steady 'drip' of pressure as China tightens pre-inauguration squeeze**. Reuters, 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/taiwan-faces-steady-drip-pressure-china-tightens-pre-inauguration-squeeze-2024-03-01/>. Acesso em: 13 de mar. 2024.

LIN, Bonny et al. **A New Framework for Understanding and Countering China's Gray Zone Tactics**. RAND Corporation. 2022. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RBA594-1.html. Acesso em: 04 de abr. de 2024.

LUPOVICI, Amir. The emerging fourth wave of deterrence theory—Toward a new research agenda. **International Studies Quarterly**, v. 54, n. 3, p. 705-732, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/journal/intestudquar>. Acesso em: 8 de mar. 2024.

MARCIAL, Elaine. **Curso: Construção de Cenários Prospectivos - Turma Ministério da Saúde - 1/2019**. ENAP: 2019. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4186> . Acesso em: 15 de ago. de 2024.

MARCIAL, Elaine. **Cenários Prospectivos – Olhando para o futuro #8**. Entrevista concedida a Wesley Victal, Tarcísio Siqueira e Paulo Torquato. Youtube, 2023. 1h26min. Disponível em: https://youtu.be/0HEJTGqMpV8?si=6u_2gbsINFRLWV-3. Acesso em: 16 de ago. de 2024.

MAZARR, Michael J. **Understanding Deterrence**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2018. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/perspectives/PE200/PE295/RAND_PE295.pdf. Acesso em: 29 de mar. de 2024.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional Deterrence**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

MORGAN. Patrick. **Deterrence Now**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

POMERLEAU, Mark. **Defense Scoop**. 2024. Disponível em: <https://defensescoop.com/2024/06/13/army-combo-kinetic-non-kinetic-capabilities-combating-china-military-mass/>. Acesso em: 15 de Jul. de 2024.

PNUD. **Foresight Manual: Empowered Futures**. Global Centre for Public Service Excellence, Pp. 14, 2018. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/foresight-manual-empowered-futures>. Acesso em: 27 de jun. de 2024.

ROSE, John P. **The Evolution of U.S. Army Nuclear Doctrine, 1945-1980**. Boulder: Westview Press, 1980.

SACKS, David. **Why is Taiwan Important to the United States?** Council on Foreign Relations. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/why-taiwan-important-united-states>. Acesso em 23 de abr. de 2024.

SCHELLING, Thomas C. Arms and Influence. In: MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. **Strategic Studies: A Reader**. Oxon: Routledge, 2014.

SNYDER, Glenn Herald. Deterrence and Power. **The Journal of Conflict Resolution**, vol. 4, n.2, p. 163-178, 1960.

SOARES, Samuel A. *et al.* **Alcances, Limites E Antinomias De Métodos E Técnicas Em Cenários Prospectivos**. IPEA, Texto para Discussão Nº 2443, 2019. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2443.pdf. Acesso em: 25 de jun. de 2024.

TAIWAN. American Institute in. **Taiwan Relations Act**. 2024. Disponível em: <https://www.ait.org.tw/policy-history/taiwan-relations-act/>. Acesso em 25 de jun. de 2024.

TANGREDI, Sam J. **Antiaccess Warfare: Countering A2/AD Strategies**. Annapolis: Naval Institute Press, 2013.

UVA ARTS & SCIENCE. Department of History, 2024. Seção sobre Philip Zelikow. Disponível em: <https://history.virginia.edu/people/profile/pdz6n>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

VIRDEE, Mann; HUGHES, Megan. **Why Did Nobody See It Coming? How Scenarios Can Help Us Prepare for the Future in an Uncertain World**. RAND, 2022. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/commentary/2022/01/why-did-nobody-see-it-coming-how-scenarios-can-help.html>. Acesso em: 15 de mar. 2024.

What are Shell Scenarios? Shell, 2024? Disponível em: <https://www.shell.com/news-and-insights/scenarios/what-are-shell-scenarios.html>. Acesso em: 19 de jul. de 2024.

WIRTZ, James J. How Does Nuclear Deterrence Differ from Conventional Deterrence?. **Strategic Studies Quarterly**, vol. 12, n. 4, p. 58-75, 2018. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-12_Issue-4/Wirtz.pdf. Acesso em: 16 de mar. de 2024.

ZAGARE, Frank C. Reconciling rationality with deterrence: A re-examination of the logical foundations of deterrence theory. **Journal of Theoretical Politics**, v. 16, n. 2, p. 107-141, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0951629804041117>. Acesso em: 05 de abr. de 2024.